



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 2008/09	DATA: 05/11/2009
INÍCIO: 10h39min	TÉRMINO: 14h19min	DURAÇÃO: 03h39min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h39min	PÁGINAS: 76	QUARTOS: 44

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RONALDO TEIXEIRA – Secretário-Executivo do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.
JOSÉ MARIANO BELTRAME – Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.
EDVAL DE OLIVEIRA NOVAES JÚNIOR – Subsecretário de Modernização Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro.
ALLAN TURNOWSKI – Chefe de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.
MÁRIO SÉRGIO DE BRITO DUARTE – Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO: Discussão sobre a política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



A [MSOffice1][P2]SRA. **PRESIDENTA** (Deputada Marina Maggessi) - Declaro abertos os trabalhos da 38ª reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Ordem do Dia.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para discutirmos a política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. A audiência foi convocada atendendo a requerimento da Deputada Marina Maggessi, do PPS do Rio de Janeiro; e do Deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro, tendo sido convidados a participar os membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a bancada do Rio de Janeiro.

Na verdade, quero deixar aqui registrado que nós convidamos o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; o Ministro da Justiça, que já tinha comparecido na semana passada à CPI e mandou seu representante, o Secretário-Executivo do PRONASCI, Sr. Ronaldo Teixeira; e representando o Governador Sérgio Cabral estão presentes, o Dr. José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; o Sr. Edval de Oliveira Novaes Júnior, Subsecretário de Modernização Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro; o Dr. Allan Turnowski, Chefe de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro; e o Coronel PM Mário Sérgio de Brito Duarte, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. A todos convido para tomar assento à mesa.

Informo aos senhores que esta sessão está sendo transmitida ao vivo na Internet.

Esclareço que, para o ordenamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: os convidados disporão de 10 minutos cada um para suas exposições iniciais, não podendo ser aparteados. Senão, fica muito longo, e aí não temos como depois conversar sobre os assuntos. E os Deputados interessados em interpelar os convidados deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Concedo a palavra ao Sr. Ronaldo Teixeira, Secretário-Executivo do PRONASCI, representando o Ministro da Justiça.

O SR. RONALDO TEIXEIRA - Deputada Marina Maggessi, muito obrigado pelo convite. Em nome do Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro, Deputado Chico Alencar, muito obrigado, igualmente, por nos acolher neste momento.



Secretário Mariano e toda a equipe do Estado do Rio de Janeiro da área de segurança pública que nos acompanha nesta Comissão, Srs. Deputados, meu bom dia, e a todos os presentes, meus cumprimentos.

Tratar do tema da segurança pública, especialmente relacionado com o Rio de Janeiro, exige de todos nós uma compreensão da complexidade que se desenha no País a esse respeito e, óbvia e especialmente, no Rio de Janeiro. O [P3]Governo Federal, no dia 20 de agosto de 2007, portanto no primeiro ano do segundo mandato do Presidente Lula, apresentou ao País o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania — PRONASCI, e o fez após ter passado pelo primeiro mandato do Presidente a compreensão da necessidade de trazer esse tema para a pauta nacional. O Presidente Lula e o Ministro Tarso Genro, quando apresentaram ao País o PRONASCI, disseram muito claramente que, a partir dele, o Governo Federal iria partilhar da busca de solução para combater o crime organizado e para investir na segurança pública do País. E, ao dizer isso, inovou do ponto de vista da relação federativa a que se propôs, porque todos nós sabemos que a prerrogativa constitucional diz respeito ao Estado Unidade da Federação para tratar do tema da segurança.

No entanto, o PRONASCI apresenta um conjunto de projetos — são 94 projetos e ações — e um investimento que até então a União não fizera a esse respeito. E o Orçamento do PRONASCI, na casa de 1 bilhão, 406 milhões de reais, somado ao Fundo Nacional de Segurança Pública e ao Fundo Penitenciário Nacional, totaliza perto de 2 bilhões de reais/ano para a segurança pública do País, a partir do Programa Nacional.

O que significa isso? Significa, primeiro, a participação efetiva da União; segundo, o reconhecimento das limitações naturais de cada Estado para cumprir as suas obrigações nessa área — portanto, a nossa participação. E fez mais, ao inovar nessa relação federativa: incluiu os municípios como atores da segurança pública. E como o fez? Os municípios passaram a ter, por vocação natural, preocupações com as ações sociais de caráter preventivo. E aí a segunda inovação do PRONASCI. Se a primeira refere uma nova relação federativa na área de segurança, União, Estados e Municípios conjuntamente agindo para combater a violência, de outra parte, inova do ponto de vista conceitual, ao articular ações de segurança pública e ações sociais



de caráter preventivo. Daí a importância de o município ter, a partir dele, ações preventivas, sem renunciar, em momento algum, o que é prerrogativa legítima do Estado, ao uso da força ou da repressão qualificada e inteligente, quando isso se impuser.

Dito isso, estamos diante de uma oportunidade. Essa visão conceitual do PRONASCI não é uma visão exclusiva do Ministro Tarso Genro ou do Secretário do PRONASCI ou do Ministério da Justiça, é uma visão coordenada a partir de múltiplas experiências que já foram produzidas no Brasil e no mundo. Ninguém aqui pode discordar de que investir na prevenção é, de fato, mudar o paradigma da segurança no País. Nós convivemos por muito tempo — isso ainda é hegemônico no nosso Brasil — com a visão de que era possível resolver segurança pública com mais polícia nas ruas, mais repressão, mais armamentos, mais coletes, mais viaturas. Essa é a visão que ainda é hegemônica no Estado brasileiro. Mas, ao lado disso, sempre houve uma contrariedade dos acadêmicos, dos estudiosos, dos intelectuais, dos homens da segurança pública, preocupados em mudar esse paradigma; sempre houve a visão, que é o outro tomo dessa dicotomia, que diz que se resolve violência e criminalidade com mais ação social, mais emprego, mais saúde, mais educação, o que é correto [P4]e adequado. Agora, no estágio de desenvolvimento em que se encontra a Nação brasileira, não podemos ficar nessa dicotomia sobre se é um ou se é outro, se é a primeira visão, de caráter mais repressivo, ou se é a segunda visão, de caráter mais preventivo.

O PRONASCI se propõe a avançar nessa medida quando articula um e outro. Portanto, estamos investindo pesadamente na prevenção e estamos investindo, sim, na necessária repressão ao crime.

Desse conceito derivam alguns eixos de atuação que precisam aqui ser pontuados. O primeiro deles é que não é possível tratar segurança pública sem valorizar o policial, sem valorizar o profissional de segurança pública, o agente penitenciário. Não é possível falar em segurança pública se esse profissional não for devidamente valorizado.

Para tanto, criamos 4 ações que hoje são investimentos concretos na segurança do País. A primeira delas é que a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública hoje tem 66 instituições de ensino superior, articuladas a partir



de uma matriz curricular nacional. São 82 cursos preparatórios para nossos policiais, e a partir desses cursos há a contrapartida, Deputado, de uma bolsa que por vezes alcança até 50% do salário do policial! Por exemplo, o policial militar no Rio Grande do Sul percebe inicialmente 900 reais de salário. Uma bolsa de 400 reais pode significar 40% a 50% de elevação remuneratória. Isso é uma busca pela valorização do policial, exigindo a contrapartida de estudo e melhor capacitação.

Ao lado do estudo e da capacitação, junto com a bolsa, criamos um plano de financiamento habitacional para policiais de baixa renda, para que tenham acesso à casa própria, incluindo a isenção cadastral. Por terem uma renda baixa, muitos dos nossos policiais, por vezes, têm na SERASA ou no SPC alguma limitação de crédito, o que é superado a partir da isenção cadastral proposta pelo nosso programa.

O quarto aspecto que alcançamos é o programa de auxílio à saúde do Policial. Então, o centro do PRONASCI passa, em parte, pela valorização do profissional de segurança pública, em outra parte, pelo foco que tem de ter nossa incidência no jovem. Por isso, as ações sociais de caráter preventivo são fundamentais. Daí derivam projetos como Mulheres da Paz e Proteção de Jovens em Territórios Vulneráveis — PROTEJO. Mulheres da Paz são mulheres líderes comunitárias que percebem uma bolsa de 190 reais, capacitadas como mediadoras sociais, que atuam nas áreas dos Territórios de Paz.

Essas mulheres identificam jovens no limite do crime, numa ação do tráfico, e esses jovens identificados são trazidos para o PROTEJO. Por sua vez, esses jovens recebem uma bolsa de 100 reais, mas não voltam à escola imediatamente, mesmo porque já tiveram passagem inadequada por lá; são capacitados em cidadania, é resgatada sua cidadania, e a partir daí o projeto é articulado com ações de educação, cultura e esporte.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania está instituído no País e se realiza concretamente a partir dos Territórios de Paz. O programa Territórios de Paz é um conjunto de projetos, 25 ou 26 projetos, que chegam a uma determinada comunidade com Núcleos de Justiça Comunitária, com o Mulheres da Paz, com jovens do PROTEJA e com a Polícia Comunitária, que é a polícia da proximidade, formada a partir da RENAESP. Temos referência nas UPPs que



certamente o Mariano irá mencionar. Esse conjunto de ações é capaz de transformar aquela realidade.

Para finalizar, lembro que a Fundação Getúlio Vargas acompanha [P5]cada um desses projetos e seu impacto nas áreas onde se instalaram. E o Territórios de Paz, por exemplo, na grande Recife, já tem uma primeira percepção de segurança, porque a população afirma haver melhorado a situação em 76%. Não estou aqui dizendo que índices se alteraram radicalmente e que já vencemos essa batalha. Estou apenas afirmando que o PRONASCI é uma oportunidade que temos e que, se conseguir consolidar-se com ação de Estado, haja vista a relação federativa que institui, será com certeza o advento de uma política pública que vai reverter radicalmente os quadros da criminalidade no País nos próximos 4 anos.

Não há possibilidade na segurança pública, Deputada, de pensarmos uma ação espetacular capaz de reverter o quadro em 6 meses ou 1 ano. Mas, a partir do primeiro orçamento de 2008 do PRONASCI, não temos dúvida de que, nos próximos 4 anos, teremos, sim, capacidade de afirmar que mudou o paradigma da segurança pública do País e que os índices começam a cair significativamente.

Muito obrigado, Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Amém! Muito obrigada.

Concedo a palavra ao Sr. José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Vou fazer uma breve apresentação, para que todos tenham uma visão mais clara, mais objetiva, embora muito singela, mas entendendo que se faz necessária para enriquecer o debate.

Quero agradecer à Deputada Marina Maggessi, a quem me permito chamar de colega. Acho que esta Casa tem o dever de fiscalizar as ações dos demais Poderes, e nós, administradores públicos, temos a obrigação de prestar contas disso. Então, para mim e para a equipe que está comigo, não há problema algum em fazê-lo. Nós o fizemos no Rio de Janeiro e aqui, e desde já coloco qualquer outro projeto à disposição para V.Exas. analisarem, pois temos uma série deles. Estou totalmente à disposição.

O Sr. Novaes vai começar a fazer uma breve exposição. *(Pausa.)*



O SR. EDVAL DE OLIVEIRA NOVAES JÚNIOR - Sra. Deputada Marina, em nome de quem cumprimento a Mesa e todos, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, esta será uma breve explanação sobre o que tem sido feito no Rio de Janeiro nos últimos anos, e vou começar falando dos pilares básicos em que estamos trabalhando.

O primeiro deles é o investimento nas polícias; o segundo são ações e gestão de segurança; o terceiro é o resgate da carreira policial; o quarto é o novo programa de metas, recém-instituído; e o quinto é o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora — UPPs. Vou abordar também os desafios externos e, por fim, vou mostrar aos senhores que, na realidade, o Rio é bem melhor do que contam ou do que se entende no senso comum.

Vou ler aqui, porque está complicado enxergar por conta da luminosidade.

(Segue-se exibição de imagens.)

À esquerda, temos os pilares, que, na realidade, estou praticamente repetindo. São eles: investimento nas polícias, recuperação das carreiras, programa de metas, projeto UPP e ações e gestão em segurança pública.

Com relação ao investimento nas polícias, temos um exemplo clássico, em cima, à esquerda, que é o novo Instituto de Medicina Legal — IML do Rio de Janeiro, que, por anos a fio, funcionou em instalações bastante precárias, num prédio antigo no centro do Rio, e hoje, recém-inaugurado, é um dos mais modernos da América Latina.

Aqui embaixo temos também um exemplo do reequipamento da Polícia com equipamentos específicos e sempre necessários em face da realidade do Rio. Esta é uma escavadeira utilizada pelo pessoal do BOPE para a retirada dos obstáculos que são colocados pelos narcotraficantes no acesso às comunidades.

No campo dos investimentos, tivemos, como legado do Pan-Americano, o que durante os Jogos foi o Centro de Inteligência de Segurança Pública, onde funciona hoje a Subsecretaria de Inteligência. Esse Centro de Inteligência foi [p6]construído com recursos na casa de 12 milhões de reais. Foi o Centro de Inteligência do Pan-Americano e hoje é o mais moderno do País, onde funciona o nosso sistema Guardiã e onde funciona toda a Subsecretaria de Inteligência, que é o órgão central do Sistema de Inteligência do Estado do Rio de Janeiro.



Tivemos também a terceirização da frota. Ou seja, hoje temos 1.703 viaturas novas. A realidade que enfrentamos quando chegamos ao Estado foi a de que mais de 60% da frota estava sucateada. Hoje, não. Hoje quem vai ao Rio de Janeiro tem a certeza de verificar que todas as viaturas estão em condições de rodar, em excelente estado de manutenção.

O novo IML, na foto anterior, que é o mais completo da América Latina, tem a capacidade de fazer até 40 necropsias por dia.

Estamos com um projeto para um novo Centro de Comando e Controle. A previsão é de que ele fique pronto até o final do ano que vem. Outubro é a data inicial. Esse novo Centro de Comando e Controle reunirá pelo menos 8 forças estaduais, municipais, e uma federal. Nós teremos trabalhando em conjunto nesse novo Centro de Comando e Controle, para onde irão convergir todas as informações, todas as imagens das câmeras existentes no Rio de Janeiro, tanto as câmeras da Secretaria de Segurança, como também as câmeras da Prefeitura e as da Linha Amarela, Linha Vermelha, Ponte Rio-Niterói, vias especiais.

Nesse novo Centro de Comando e Controle trabalharão a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros e o SAMU, por parte do Estado. Por parte do Município trabalharão a Defesa Civil Municipal, a Guarda Municipal e a CET-Rio. Por parte do Governo Federal trabalhará a Polícia Rodoviária Federal. Todos terão, a partir daí, o seu centro de atendimento de emergências.

Temos também o resgate do ICCE, que é o nosso instituto de criminalística, com *softwares* de última geração. E também concluiremos o projeto Delegacia Legal, com recursos oriundos do BNDES. Até o final do ano que vem, pretendemos concluir esse projeto já iniciado no Governo anterior, que hoje já tem cerca de dois terços concluídos. Pretendemos concluir o terço que resta até o final do ano que vem.

Temos também o observatório de análise criminal, ou seja, o observatório do crime, que é o pulso da cidade *on-line*, que é mais um aproveitamento do legado do Pan-Americano. É um *software* que foi adquirido pela SENASP para o Pan-Americano. Nós o adaptamos, e todas as ocorrências oriundas do 190 são automaticamente georreferenciadas e atualizadas a cada 30 minutos numa tela que



é possível ser vista em qualquer acesso à Internet pelas pessoas cadastradas e credenciadas.

Temos ainda uma rede de dados nos batalhões, outro legado do Pan. Durante o Pan funcionou uma rede de dados baseados em micro-ondas para as vendas, para os locais de jogos. Nós readaptamos essa rede, e cerca de 40 unidades da Polícia Militar estão agora interligadas através dessa rede de dados, que servirá de suporte já como rede exclusiva da Secretaria de Segurança Pública, também para os Jogos Mundiais Militares de 2011, daqui a 2 anos.

Também fizemos a aquisição de helicópteros blindados. O da Polícia Civil já está em uso, e o outro, da Polícia Militar, está em vias de ser adquirido com recursos do PRONASCI.

Outro projeto com recursos do PRONASCI é o projeto de identificação biométrica de armas, que é o projeto conhecido como Sala de Armas. Ao retirar o armamento, tanto o policial quanto esse armamento serão identificados, e esse controle passará a ser automático e eletrônico, em vez ser feito no tradicional livro, como é até hoje.

Expandimos o 190. Hoje atendemos cerca de 21 mil ligações por dia, e o atendimento é de no máximo 5 segundos. Adquirimos ainda cabines blindadas, armamento não letal, viaturas especiais e outros.

O [p7]total investido nos principais projetos de 2007 até o ano que vem, somando Estado e Governo Federal, é de aproximadamente 550 milhões de reais. Como ações e gestão, tivemos o combate a inúmeras organizações criminosas, entre elas e talvez a principal e mais emblemática, a questão das milícias. Aí vemos um dos alvos, que chegou a comemorar ao ser preso. Ele fez esse tradicional gesto, que saiu na imprensa, quando da sua prisão. Esse cidadão era um Deputado Estadual do Rio de Janeiro.

Indicações técnicas para cargos de comando. Acabamos com o loteamento que existia nas delegacias e nos batalhões de polícia. Infelizmente havia a prática de que esses locais fossem de indicação Parlamentar, ou seja, a indicação política é que colocava o comandante do batalhão ou o chefe da Delegacia. Isso acabou também. Nós utilizamos única e exclusivamente indicação técnica. Com isso, houve o fim do loteamento.



Tivemos também a remoção permanente de traficantes para presídios federais. Nós temos aproximadamente 40 presos do Rio de Janeiro em penitenciárias federais, em Campo Grande, em Catanduvas e agora em Rondônia. Tivemos o combate prioritário às milícias, com 24 prisões em 2007, 78 prisões em 2008 e 193 prisões até o último dia 31 de outubro deste ano.

Na área de Corregedoria, nós demos mais celeridade aos processos. Nomeamos um Desembargador, alguém da área jurídica, para conduzir esse processo de maneira isenta e mais célere possível. Houve 1 ex-chefe de polícia expulso, Deputados, Vereadores e Delegados expulsos da corporação. Ou seja, procuramos fazer com que o trabalho de Corregedoria fosse agilizado e fosse efetivamente cumprido.

Também houve cerca de 620 PMs expulsos desde 2007. Fizemos a unificação dos bancos de dados através de um portal de segurança. Os bancos de dados do Rio de Janeiro eram todos individualizados, e era preciso ter 10, 15 senhas para poder acessar todos e fazer uma consulta para cada um. Hoje o policial, com uma única senha, dependendo do seu nível de acesso, acessa o portal e consegue, com um comando só, varrer todos os bancos de dados que lhe são permitidos.

Aumentamos também a produtividade da Polícia Civil, com mais inquéritos relatados com autoria identificada. Pulamos do percentual de 14,6% em 2005 para cerca de 38,6%, tendo como fonte o próprio Ministério Público, que é o destinatário final desse inquérito num primeiro momento.

Fizemos ainda um reengenharia de pessoal na Polícia Militar, com a posse do Coronel Mário Sérgio, e conseguimos ganhar um efetivo de 2 mil homens a mais na rua.

Na questão do Pan-Americano, a segurança pública foi o item mais bem avaliado, foi o que recebeu a nota mais alta de avaliação posteriormente ao Pan-Americano. E para as Olimpíadas de 2016 já estamos preparando o Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança — não só para o dia a dia do Rio de Janeiro, mas visando às Olimpíadas.

Iniciamos um trabalho de resgate da carreira policial, que vem sendo feito desde o início do Governo, mediante aumentos anuais realizados dentro da



realidade orçamentária. Tivemos 4% de aumento em 2007, 8% em 2008, 5% em 2009. Além disso, como o Prof. Ronaldo já disse, o PRONASCI, Bolsa-Formação. O Rio de Janeiro não só teve uma adesão maciça, mas temos [P8]hoje aproximadamente 22 mil policiais militares, mais da metade do efetivo da PM, recebendo o auxílio-formação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggesi) - Sr. Edval, por favor, conclua.

O SR. EDVAL DE OLIVEIRA NOVAES JÚNIOR - Sim, senhora. Em função de um convênio com a Prefeitura, temos uma gratificação de 500 reais sendo paga a cada policial das UPPs, e temos, junto ao Governo Federal, o estudo do PRONASCI Olímpico, que seria um programa específico para o Rio de Janeiro, em função dos Jogos Olímpicos de 2016.

Há um novo programa de metas, mas a imagem não veio para este programa.

O foco está na redução de homicídios, nos roubos de carros e roubos de rua, modelo construído com consultoria especializada; integração das polícias em microrregiões, companhia, delegacia e região. Antes tínhamos só as áreas integradas de segurança pública, agora criamos um nível acima, que é a região, e um nível abaixo, equivalente à área da delegacia e à área da companhia, que são as circunscrições integradas.

Premiação por resultado, uma gratificação especial para quem atingir a meta, uma cultura de trabalho por prioridades com acompanhamento mensal, que teve início em julho de 2009, com os primeiros resultados bastante animadores.

O projeto da UPP. Vemos uma policial com crianças do local. É a polícia de proximidade, com foco na relação com a comunidade. A ocupação ocasiona o fim da disputa de território, ou seja, os traficantes são expulsos, e aquela área deixa de ser disputada. Utilizamos somente policiais recém-formados. Isso tem o apoio e a aprovação de mais de 89% dos moradores, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas.

Temos hoje 5 comunidades ocupadas em 1 ano, mais 131 em estudo, e cerca de 130 mil pessoas livres do fuzil, o que representa aproximadamente 10% do total do Rio.



Desafios externos. Temos armamentos sendo apreendidos todos os dias. Hoje mesmo tivemos a apreensão de mais uma metralhadora .30 por parte da Polícia Civil.

O Rio tem características diferentes, do crime até a geografia. Nosso narcotráfico possui armas de guerra. Temos disputas violentas entre as facções, e a polícia é obrigada a intervir. Temos o azar de ter mais de uma facção que ficam se digladiando, temos uma legislação relativamente antiquada para a realidade do Rio, temos a necessidade de mais investimentos, e a nossa polícia cumpre 3 tarefas: o trabalho normal de Polícia Militar e de Polícia Civil; o combate ao narcotráfico, que é um narcotráfico diferenciado, com domínio de território, utilização de armas de guerra e ideologias de facção; e agora as UPPs, e uma série de burocracias e regras emperram essa atividade.

Mas, independentemente disso, o Rio é muito melhor do que se conta. Recebemos mais de 3 milhões de turistas por ano, com crescimento de 10% em 2008; receberemos os Jogos Mundiais Militares em 2011, a Copa do Mundo em 2014, e as Olimpíadas em 2016.

Por pesquisa da revista *Forbes*, foi eleita a cidade mais feliz do mundo. Há ocupação hoteleira acima de 90% nos grandes eventos, e é a cidade que melhor representa o Brasil no exterior. Além disso, fomos eleitos esta semana o melhor destino *gay*. Faz parte, sem problema nenhum. O Rio de Janeiro recebeu mais um reconhecimento internacional.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Muito obrigada.

Sr. Secretário José Mariano Beltrame, eu tinha guardado uma fala para o Sr. Edval de Oliveira. O senhor se acha contemplado com a fala dele, ou quer falar também? Só invertemos a ordem aqui.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Eu teria algumas observações, mas, para ganharmos tempo, acho que no debate podemos corrigir isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Muito obrigada.

Concedo a palavra ao Sr. Allan Turnowski, Chefe de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, meu amigo.

O SR. ALLAN TURNOWSKI - Bom dia, Deputada Marina Maggessi, Deputados, senhoras e senhores. Eu acho que a apresentação de alguma forma



resume tudo o que vem sendo feito e planejado no Rio de Janeiro. Quero ratificar a despolitização das polícias do [MG9]Rio de Janeiro, que faz com que não haja qualquer ingerência política na escolha das ações e dos comandos das corporações.

Quero me colocar aqui à disposição para responder a eventuais perguntas que precisem ser esclarecidas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggesi) - Muito obrigada. Quero agradecer a presença aos Deputados Paes de Lira, Coronel; Biscaia; Hugo Leal; Simão Sessim; Gabeira — a bancada do Rio de Janeiro presente —; ao Deputado Tenório, Delegado de Polícia; ao nosso ex-chefe de Polícia, Dr. Zaqueu, que não foi preso. Não foi esse. *(Risos.)*

Concedo a palavra ao Comandante da PM, Coronel Mário Sérgio de Brito Duarte.

O SR. MÁRIO SÉRGIO DE BRITO DUARTE - Exmos. Srs. Deputados, senhoras e senhores, eu vou aproveitar para fazer, na minha fala breve, algumas colocações, porque acredito que sejam importantes para se entender o novo momento, a partir da compreensão de que estou há 4 meses apenas no comando da Polícia Militar.

Assumi com o compromisso de trabalhar principalmente trazendo a Polícia Militar para o cumprimento das metas de redução da criminalidade. A Polícia Militar é uma corporação histórica, com 200 anos, mas em alguns momentos acaba utilizando a sua investidura militar e se engessando em estruturas de poder, quando deveria ter verdadeiramente estruturas de serviço. Nestes meus poucos 4 meses de comando, a missão que recebi e que estamos procurando desenvolver é levar policiais para as ruas. A PM é uma Polícia, por destinação constitucional, ostensiva, de preservação da ordem. Daí a necessidade de se retirar todo policial que não executa um serviço essencial internamente e levá-lo para as ruas. Nós conseguimos, como foi exibido aqui, sem que tivéssemos feito outros concursos, colocar mais 2 mil policiais nas ruas, transformando as estruturas internas.

Com isso, conseguimos, já nesses primeiros meses, a redução da criminalidade daqueles crimes que são os nossos indicadores. No caso específico do que chamamos de roubos de rua, aqueles cometidos contra os transeuntes,



contra as pessoas no interior dos coletivos, os roubos de celular e roubos de veículos, estamos conseguindo a redução.

Também temos outra missão, para a qual estamos trabalhando muito: preparar novos efetivos para esse novo papel de Polícia Pacificadora. Nós já estamos trabalhando arduamente para que o Estado tenha, em pouco tempo, a capacidade de inaugurar outras unidades de Polícia Pacificadora. Eu acho que sobre o cerne e a ideia dessas unidades o Sr. Secretário vai falar depois.

Mas eu não poderia deixar de pontuar essas 2 questões. Não somos uma Polícia tão somente de repressão; aliás, a Polícia Militar é mesmo preventiva. Então este é o nosso papel: trabalhar para o que crime não aconteça. Isso nós só conseguiremos fazer se estivermos maciçamente presentes nas ruas. Isso pode parecer um simplismo, um reducionismo da nossa função, mas não é, não. Se nós somos a Polícia ostensiva, nós temos que ser vistos. Essas estruturas foram se naturalizando na Polícia Militar, e hoje estamos num movimento contrário. Um órgão apenas de gerenciamento não pode ter 230 homens. Nós trouxemos de 230 para 30, porque são órgãos apenas de gerência, como no caso dos comandos intermediários. Esse é o trabalho que nós estamos fazendo, é claro, com toda a gama de serviços que cabe à Polícia Militar.

Eu gostaria de pontuar essa fala. Logicamente, estou à disposição das senhoras e dos senhores para responder a perguntas. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Só para pontuar, o Coronel Mário Sérgio é quase uma coisa improvável. Ele é “caveira”, do BOPE, e é filósofo. [P10]

Digo isso só para os senhores analisarem exatamente como ele tem uma visão profunda, diferenciada e realista da história. E vou usar minha fala para dar o testemunho aqui de que o Secretário Beltrame está fazendo um excelente trabalho no Rio de Janeiro, que a cúpula da segurança pública foi muito bem escolhida, que não vejo outros nomes para chefiar a Polícia Civil do Rio de Janeiro, que o Dr. Allan Turnowski há muito tempo já era o Chefe de Polícia de fato; que a tropa tem um imenso respeito e admiração por ele devido ao jeito com que ele trabalha.

No dia da posse, ele fez um discurso muito significativo. Ele sabe trazer a tiragem para ele. Ele disse o seguinte: “*A minha cadeira é do tira, porque quando a*



gente está no tiroteio na favela não existe hierarquia.” E ele sempre foi aos tiroteios na favela.

Então quero dizer que parablenizo o Secretário Mariano e realmente o vejo com muita intenção de trabalhar para que isso melhore.

O Ministério da Justiça, por intermédio do PRONASCI, deu vida nova a todos nós. Deu recursos não só para as polícias, como esse dinheiro que está envolvido nas questões sociais que por muito tempo só foram faladas, faladas, faladas, e relegadas a segundo plano.

Passo a palavra agora ao outro autor do requerimento, Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Bom dia a todos. Agradeço a presença aos nossos convidados, à alta cúpula da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, ao nosso Coordenador Executivo do PRONASCI, ao Ministério da Justiça, e peço a atenção dos convidados porque vou fazer uma série de indagações bem objetivas relacionadas às políticas de segurança no Rio. Mas fica a critério dos nossos convidados responder. Cada um pode responder. Não vou dizer que quero que seja o Secretário, o Comandante-Geral da PM, o Chefe da Polícia Civil. Vou fazer perguntas de maneira geral.

Começo pelo PRONASCI e vou um pouco além, indagando ao Ronaldo, entendendo que ele está aqui também como representante do Ministro da Justiça, Tarso Genro, que tinha um compromisso em São Paulo, conforme informado. Seria muito importante a presença dele aqui, e ele não tem se furtado a comparecer. Mas, infelizmente, não deu. Vamos lá.

Em nome da objetividade, querido colega Gabeira, vou fazer várias perguntas da forma mais objetiva possível, pois V.Exa. perguntou: “Os *proponentes não indagam?*” Indagam, e vou indagar bastante.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Eu também fui ao plenário, e quando voltei...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Está bom, vamos lá.

A primeira pergunta é ao Ministério da Justiça: em quantas comunidades do Estado do Rio de Janeiro já são desenvolvidos programas do PRONASCI? Quantos Territórios de Paz já existem no Rio de Janeiro?



Isso para mim é o mais importante, porque acho que o PRONASCI é um programa de concepção muito boa, muito correta, e como tal precisa ser mais e mais implementado, sem nenhuma ilusão de solução de curto prazo, mas é o caminho. Segurança pública é algo suficientemente grave para ser só caso de polícias.

Bom, a outra indagação é bem de polícia: o que a Polícia Federal, vinculada ao Ministério da Justiça, está fazendo para desembaraçar esse absurdo que os jornais noticiaram? Cinquenta e cinco esteiras de raio X, 4 [P11]portais com *scanners* gigantes, equipamentos de última geração, para detectar armas, drogas ilícitas, nas rodovias principalmente, especialmente na Dutra, estão se deteriorando num galpão. Isso é gravíssimo! Mais do que os 90 milhões de reais de desperdício, há vidas desperdiçadas e esse crescente armamentismo — que é crescente mesmo.

Podemos trazer aqui a melhor exposição. O fato concreto é que hoje, 5 de novembro de 2009, o tráfico armado de drogas no Rio de Janeiro está mais equipado do que em 5 de novembro de 2008, em 5 de novembro de 2000, em 5 de novembro de 1990 seguramente. Eu falo com as minhas décadas de existência no Rio e vejo porque, pela topografia e pela minha condição social, nunca almejei morar num condomínio da Barra nem em nichos elegantes da cidade. Sempre vivi — e não é por opção proletária, nasci do lado da Comunidade do Trapicheiro e cresci do lado do Salgueiro — boa parte da minha vida em frente ao Borel, entre os morros da Formiga e do Borel, na nossa Tijuca, Mário Sérgio. Agora eu moro encostadinho no Morro da Coroa. Sempre convivi com esses trabalhadores, essas pessoas das comunidades faveladas, que cada vez mais crescentemente vivem sob o poder armado, cada vez mais armado, do tráfico de drogas e de armas.

Vou fazer uma afirmação tranquilamente: é muito mais letal um menino — que eu vejo toda vez que estou no Rio nos fins de semana — com uma AR-15, uma AK-47, ou qualquer arma de alta potência, no braço do que com um sacolé de cocaína. Portanto, o problema da arma é muito mais crucial. E o Governo Federal tem um papel importante nesse caso. Eu não vejo avanços.

Agora vou fazer indagações à nossa equipe do Estado. A questão é tão importante, que o Governador Sérgio Cabral, convidado, além do Ministro, deveria estar aqui. Às vezes, delegamos a representantes assuntos mais espinhosos. Há Deputado que também delega ao assessor poderes para resolver determinada



questão. Está errado. Muito bem. O Secretário Beltrame fez uma afirmação fortíssima: a derrubada daquele helicóptero foi o 11 de setembro do Rio de Janeiro. Para mim, o 11 de setembro é terrível, seja o Palácio de La Moneda bombardeado pelo Pinochet e seus sequazes, sejam as Torres Gêmeas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Hein? Não, foi 11 de setembro também, 1973. Você estava lá, e esqueceu. Foi tão terrível... Mas, de qualquer forma, o 11 de setembro emblemática a gravidade do acontecimento, e isso que motivou esta audiência pública, embora seja da rotina do Parlamentar fiscalizar e acompanhar as políticas públicas do Brasil inteiro, em especial do nosso Estado.

Houve, após esse episódio lamentável, trágico, uma política de reação, de revide. Os números dão conta de que, após a morte trágica e lamentável dos 3 servidores policiais militares, com a derrubada do helicóptero, já foram mortos 40 suspeitos, ou em confronto. Entre esses, sempre há aqueles que acabam sendo vítimas inocentes disso.

Hoje, coincidentemente, vai acontecer um ato público no Rio, pelo que fui informado, contra esse tipo de reação, que acaba sendo, na avaliação de muitos de nós, desmedida, vitimando a população mais pobre. A partir daí, pergunto: quais são os cuidados na preparação das operações diretas em comunidades pobres? Ou seja, as ações policiais diretas para se evitar aquilo que acaba sendo senso comum, inclusive da imprensa? No Rio de Janeiro, é muito comum ler nos jornais: *“Conflito na Rocinha não [P12]deixa a população de São Conrado dormir”*, como se os milhares que vivem na Rocinha tivessem dormido tranquilamente; *“população do Leme assustada com confronto no Chapéu Mangueira”*, que agora já tem uma Polícia Pacificadora, e ao que parece o confronto diminuiu. E o povo operoso do Chapéu Mangueira, fundamental?

Então esse tipo de cultura que existe, segregacionista, pode gerar a famosa criminalização da pobreza e a falta de cuidados, porque num condomínio onde pode haver um grande bandido, inclusive às vezes disfarçado de Parlamentar, aí o cuidado é total. Na comunidade pobre, como o Secretário ouviu num encontro muito proveitoso para discutir políticas de segurança com comunidades, o policial



despreparado entra agressivamente, de maneira truculenta, desconsidera a cidadania do pobre.

A indagação é esta: como estão sendo preparadas essas operações, que cuidados especiais há para que não se alimente inclusive a própria guerra e o espírito de vingança e de injustiça? E as crianças, vendo isso, como os senhores já ouviram muitas vezes, deixam de confiar na própria Polícia. Polícia e bandido são 2 polos de uma mesma insegurança em que a população está jogada.

A segunda questão é a da verdadeira Polícia paralela e do verdadeiro Estado paralelo, a meu juízo — e a CPI presidida pelo nosso querido companheiro Marcelo Freixo, Deputado Estadual no Rio, mostrou isso —, que é das milícias. Quer dizer, as ações efetivas; que números temos em termos de redução desse poder das milícias no Rio de Janeiro?

A terceira pergunta: as Unidades de Polícia Pacificadora só são possíveis, como já andei lendo, em pequenas comunidades. Onde há grandes complexos de favelas, onde se homizia o tráfico armado de drogas, é impossível a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora? Temos 5, são um belo emblema, foram apresentadas inclusive lá na peroração para conquistarmos as Olimpíadas de 2016, mas não queremos só o cartão postal, que é bom, claro, para quem mora no Santa Marta, no Chapéu Mangueira, eventualmente no Batan. Mas qual é o planejamento para estender isso, em que prazo — evidentemente não vou perguntar quais as comunidades—, e a vinculação social? Como envolver a população dessas comunidades inteiramente na governança das suas comunidades? E qual é a diferença dessas unidades para os GEPAS? Os GEPAS foram esquecidos, abandonados, superados? Por que falhas? Eu tenho essa dúvida.

A quarta indagação é relativa ao controle de armas. Eu comentava com o Secretário Beltrame que nós estivemos numa missão para participar de um congresso em Madri, e no domingo eu peguei o jornal. Para não dizer que eu estou só fustigando a Polícia, a primeira da página do jornal *El Mundo*, que é importante, lá de Madri, diz que a corrupção política subtraiu pelo menos 4 milhões de euros nos últimos 10 anos. Deve ser terrível viver num país como a Espanha. Mas também está lá anunciado nesse mesmo jornal, e isso é grave: “*Los narcos de Río de Janeiro, armados hasta los dientes. Derribaron un helicóptero de la policía con un*



fusil de assalto". O que todos sabemos... E olha que os madrilenos não estão com espírito de vingança por perderem as Olimpíadas, não!

E nessa matéria vi uma informação que me estarreceu. A agência antidrogas dos Estados Unidos investiga como 15 mil fuzis M16, da firma Colt, que ela enviou, foram comprados pelo BOPE em 2005, desses 15 mil fuzis, 3 mil foram parar nas mãos de grupos de traficantes. Eu desconhecia essa informação e peço...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Agora, independentemente do número, é certo que as armas de alta potência nas mãos dos traficantes são significativas e que há conivência de todo tipo de autoridade, inclusive da policial, para esse tipo de intercâmbio lesivo, letal, [P13]deletério.

Uma quinta pergunta refere-se à relevância hoje, à conexão da contravenção com o chamado crime letal. Nós temos esses problemas, que têm que ser discutidos mesmo, do jogo do bicho, do bingo. Há projetos aqui... Têm ainda conexão? Na minha juventude se dizia que sim. Hoje em dia eu queria saber como é, se há uma política de tolerância. Não estou fazendo nenhum juízo de valor, é só para saber.

Agora vou abordar o controle da corrupção interna da Polícia. A Polícia tem um mapeamento e sabe qual é inclusive a facção de cada grupo armado que controla algumas comunidades, ou muitas comunidades, do Rio. Sabe. Às vezes até no próprio presídio isso é estruturado. E aí, qual é a política em relação a isso? Aqui não vale atacar, essa facção tem uma relação melhor com a Polícia, a ADA briga menos do que o Comando Vermelho. É assim? Como é isso? Como é que se pretende avançar nessa situação? Ligada a isso, há a formação dos policiais.

Vou fazer uma confissão aqui. Já fui parado numa *blitz* no meu próprio bairro, e primeiro existe em geral uma certa agressividade. Depois, alguns percebem que é um Parlamentar e mudam o tratamento. Está errado. Têm que tratar com urbanidade e seriedade a todo o mundo.

Depois eu disse que com aquilo estavam pegando os eventuais usuários de droga, que não é o meu caso, nem das lícitas, mas que existia um ponto que eles sabiam, armado, ostensivo. Mas eles disseram que ali não tinham autorização para chegar. É assim que a banda toca em algumas comunidades. E às vezes eu acho



que é melhor, porque aí se evita um confronto em que morrem inocentes. E essa convivência eu queria entender melhor como política.

Finalmente, tenho uma indagação sobre algo que intriga a população inteira. O Dr. Edval apresentou aqui a excelência do policiamento e da segurança em alguns momentos do nosso Rio de Janeiro. No Pan-Americano, cujo legado social é pífio, a meu juízo, e em que a corrupção também foi grande, com superfaturamentos, etc., funcionou bem. No Carnaval, melhora. Eu acho até que caem os índices de criminalidade. Nas Olimpíadas, em 2016, ninguém tem dúvida de que naqueles 15 dias viveremos mais tranquilidade.

A indagação é: a sustentabilidade desses esquemas só é possível por curto período? Quando se faz uma cúpula qualquer de Chefes de Estado, a coisa melhora. Por que isso é insustentável fora desses períodos? Temos que viver com espasmos de segurança máxima, inteligente, preventiva — não estou falando da repressão do confronto —, e na insegurança mais permanente?

Enfim, são essas as questões que eu formulo, com toda a sinceridade, sem nenhum espírito de disputa partidária. Saúdo essa notícia e vou cobrar acompanhamento. Eu não sabia que já estava planejado que Delegado de Polícia, Comandante de Batalhão não vem mais de nomeação política, porque eu fui Deputado Estadual e sabia, via Deputado dizendo: *“aquela Inspetoria de Fazenda é minha, aquele Comando Militar é meu”*, o que é uma vergonha.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - As duas primeiras perguntas são dirigidas ao Dr. Ronaldo.

O SR. RONALDO TEIXEIRA - Primeiro quero lembrar que o Ministro Tarso Genro esteve aqui há menos de uma semana, na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a violência armada, quando obviamente os Deputados responsáveis pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado não só foram convidados, como estiveram presentes, e o Ministro não conseguiu fechar agenda para hoje igualmente estar aqui.

O Ministro sempre lembra que a lei do PRONASCI foi aprovada por unanimidade, o que significa o acolhimento desta Casa, a iniciativa [p-5190614]do Governo Federal nessa área. Quanto à pergunta do Deputado Chico Alencar, os Territórios de Paz têm sido implementados, e às vezes há uma incompreensão



natural da imprensa quando faz exigências no que diz respeito a resultados imediatos.

O primeiro orçamento do PRONASCI é de 2008. De um ano para o outro, há possibilidade concreta de se ter orçamento. Ao longo de 2008, houve todo um processo de implementação e articulação entre Governadores, Prefeitos e Ministro, para assinarem o Convênio de Cooperação Federativa. Todos os projetos foram apresentados ao longo de 2008 e, a partir de 2009, concretamente implementados. É importante dizer isso como premissa. Ainda assim, especialmente no Rio de Janeiro, estamos totalmente articulados com o Governo Sérgio Cabral, com a Secretaria de Segurança do Mariano Beltrame e com a Prefeitura do Rio de Janeiro. Não foi possível, por exemplo, estabelecermos uma relação qualificada com a Prefeitura anterior, por desinteresse dela. A partir de agora, temos disponibilizados projetos para a Prefeitura Municipal na casa de 100 milhões de reais. São ações sociais de caráter preventivo, aliadas às ações de segurança que o Governo do Estado vem implementando.

O nosso objetivo é conjunto. As unidades pacificadoras aqui apresentadas e a Polícia de Proximidade, que recebe a bolsa, todo esse processo de capacitação é articulado com o Governo do Estado. Não há nenhuma ação exclusiva do Governo Federal, Estadual, ou mesmo do município. Temos essas unidades pacificadoras já implementadas. A partir dos 100 milhões da prefeitura, vamos alcançar outras 9 comunidades. E o Ministro disse, na CPI da violência armada, V.Exas. não de recordar, que o nosso objetivo é alcançar 50 comunidades a partir das unidades pacificadoras. Isso passa pela avaliação do PRONASCI Olímpico aqui referido. Ou seja, estamos estudando há 15 dias, todo o nosso setor jurídico já se reuniu com o Governo do Estado, para formatar o PRONASCI Olímpico. Por que é chamado assim? Porque teremos uma meta objetiva até 2016, para potencializar todos esses recursos que o PRONASCI já oferece para o País, especialmente para o Rio de Janeiro.

Uma segunda indagação do Deputado, dentro dessa pergunta, diz respeito a como integrar a comunidade a esse processo. As ações do PRONASCI preveem a instalação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal e do Conselho Comunitário de Segurança Pública. A partir daí, Mulheres da Paz e jovens do PROTEJO. Essas



mulheres são selecionadas na comunidade. Portanto, esse engajamento cívico cidadão é fundamental para revertermos esse quadro de criminalidade. As ações sociais têm a participação direta da comunidade.

Sobre a questão do desperdício aqui mencionada, abrimos sindicância interna em relação à Polícia Rodoviária Federal, que tinha grande parte para receber do legado disponibilizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública. Outra pequena parte é da Polícia Federal, que apresentou cronograma para uso desse material.

É importante dizer também, Deputado, que existe uma ação, sim, qualificada da Polícia Federal. A partir do PRONASCI, temos a integração de todos os departamentos e secretarias do Ministério da Justiça. A Secretaria da Reforma do Judiciário, que antes estabelecia prioritariamente a relação com o Supremo Tribunal Federal e com Poder Legislativo, hoje estrutura núcleos de justiça comunitária para assistência jurídica gratuita às famílias dessas comunidades, ou seja, saiu daquela condição específica da [p15]relação do Ministério da Justiça com o Supremo Tribunal Federal e está lá na base atuando. Não é diferente com a Secretaria de Direito Econômico, que responde pelo combate aos cartéis, mas também responde no que diz respeito ao consumidor.

Hoje há 3 projetos, Monitoramento Cidadão, Geração Consciente e Canal Comunidade, que incidem a partir do PRONASCI nos territórios. Então, todos os departamentos e secretarias estão articulados pelo PRONASCI. Igualmente a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal.

No que diz respeito ao combate ao crime organizado, já instalamos 7 laboratórios de combate à lavagem de dinheiro, inclusive no Rio de Janeiro. No que diz respeito a núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, igualmente o Rio de Janeiro foi contemplado. No que se refere ao combate, às grandes operações da Polícia Federal, já estabelecemos 74 grandes operações da Polícia Federal. Destacaria aqui como nomes e já com resultado, Zagaia, Trilha Albis, Riqueza, Carga Pesada e Face Oculta. Todas incidiram sobre a constituição do crime organizado, especialmente o tráfico de drogas.

Mas quero me referir também à questão das armas. São outras 5 operações: Operação Visconde, Ares II, Cruzada, Mercador e Recarga, todas com resultados



objetivos, com prisões, com mandados, com buscas e apreensões já com resultado efetivo.

Para encerrar essa intervenção inicial das primeiras indagações, quero dizer que o controle biométrico de armas, que é projeto do Governo do Estado reivindicado ao Governo Federal, chega à casa de 23 milhões de reais de investimentos e obviamente vai inibir e controlar totalmente a questão das armas.

No que diz respeito a uma estatística que gostaria de apresentar aqui sobre armas e drogas, se considerarmos os anos de 2000, 2001 e 2002, vamos ter apreensão de cocaína e derivados: 3,1 toneladas em 2000; 6,3 em 2001; e 9,07 em 2002. Se comparativamente considerarmos 3 anos: 2006, 2007 e 2008, vamos ter 14,2 em 2006; 18,8 em 2007; e 20,5 toneladas em 2008.

Portanto, foram 7 ou 8 vezes mais que conseguimos nesse período, com a ação da Polícia, consolidação da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Desculpe-me. O consumo também, nos últimos 5 anos, cresceu 30%. Portanto, o negócio está aumentando também. Os dados têm essa relatividade.

O SR. RONALDO TEIXEIRA - Por isso há necessidade de ampliar o combate, como estamos fazendo.

No que diz respeito às armas, não temos estatísticas de anos anteriores, só a partir de 2005. Mas é importante dizer que, por unidade, em 2007, apreendemos 1.599 armas, e para 2008, 5.953. Houve, portanto, um avanço. É verdade que o crime também cada vez se organiza mais. Agora, existe uma ação objetiva do Estado brasileiro, em conjunto com o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Muito obrigada.

Gostaria de fazer uma intervenção rápida. Com relação ao número do combate ao crime, acho uma coisa perigosa, porque trabalhei com entorpecentes por muito tempo. Então, apreender mais droga ou falar da maior quantidade apreendida quer dizer que estamos trabalhando melhor, ou que está entrando mais? Porque eu acho essa relação estatística de apreensão de drogas muito delicada.

Com a palavra o Secretário.



O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Bom dia. Vou começar pelas questões mais objetivas, mas queria inicialmente dizer que temos uma resposta muito clara e muito franca, como todas, no tocante à questão das milícias.

Estamos com 300 presos de milícias. Temos um mapa do controle das milícias, e essas operações não terminaram. Elas vão continuar. Aliás, brevemente teremos desdobramentos e vamos agir em outras áreas.

Por que demora? E [p16]isso já encaminhamos, inclusive, à Comissão de combate à violência, que esteve na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Precisamos urgentemente caracterizar o crime de milícia. Demora por quê? Porque temos de fazer uma composição jurídica, temos de caracterizar uma organização criminosa ou uma quadrilha, um desvio de conduta, um uso indevido de um policial que está com uma arma. Compor isso para apresentar ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, não para que se prenda por 5 dias, mas para que se extirpem esses cidadãos, é complicado, é difícil, exige qualidade. E qualidade não se consegue com pressa. Então estamos hoje com 300 presos de milícias.

Vou deixar com a Comissão um mapa estatístico de 2006, 2007, 2008 e 2009 de prisões de milicianos. Em 2006 tivemos 5 milicianos; em 2007, 24; em 2008, 78; e agora, em 2009, em que para nós ainda há muito a fazer, embora com pouco tempo, estamos com 195 presos, perfazendo os 300. Deixo com os senhores este mapa.

Qual foi a estratégia para combater milícias? Combatemos a milícia na área mais importante. Por que mais importante? Porque tínhamos um grupo de tiranos, Deputados Estaduais, Vereadores e policiais, sem dúvida, que dominavam uma área de 1 milhão e 200 mil pessoas. Então temos de começar por ali e não começar por uma área de 20 mil, 30 mil, 40 mil, 50 mil pessoas, que é a área de Campo Grande, cuja milícia foi a mais articulada, a que deu, de certa forma, exemplo negativo para que outras se formassem. Então demoramos um pouco porque precisamos de qualidade e agimos nessa grande milícia.

A atuação nessa milícia, posso dizer aos senhores, fez com que pequenas recuassem. Temos problemas, sim, tanto é que vamos dar continuidade a esse trabalho. Fizemos um relatório durante 8 meses sobre isso, e entreguei em gabinete ao colega dos senhores, Deputado Marcelo Freixo, que dali desenvolveu esse



trabalho belíssimo que é a CPI. Acho que todos deveriam se dar ao trabalho de ver os relatórios, as pessoas ouvidas. Então o trabalho de milícia começou e está acontecendo, não vai parar. Agora, necessitamos de tempo, porque a prova é muito qualificada.

A questão do 11 de setembro. Realmente eu entendo como 11 de setembro. É triste a queda de uma aeronave. E o que se pretende, o que se quer com o 11 de setembro? Eu quero que a sociedade toda, as instituições, os senhores desta Casa venham e conheçam o problema do Rio de Janeiro e que entremos nessa luta assim como os americanos fizeram quando tiveram as Torres Gêmeas derrubadas. A nação se uniu, o Estado se sensibilizou, os governantes se sensibilizaram, os policiais, os bombeiros, as pessoas. Isso foi o que eu pretendi e isso é o que eu pretendo e isso foi o que o Governo Federal rapidamente nos acenou e entendeu, graças a Deus. E já estamos trabalhando, daquele dia para cá, com 2 reuniões, teremos a terceira dia 10.

Com isso quero dizer para a sociedade que o Rio de Janeiro é diferente. Temos aqui policiais do Rio de Janeiro e Parlamentares que moram nessa cidade. Vejam bem, onde temos neste País ou na América ou no mundo, quem sabe, facção criminosa com ideologia de facção? Os senhores veem normalmente Aqui é “nóis”, Eu sou Comando. Há grupos de pessoas fortemente armadas, com armas de uso restrito de Forças Armadas, com munição de uso restrito de Forças Armadas, com munição traçante como os senhores veem na televisão, homiziadas covardemente em lugares aonde [P17]a Polícia não quer ir, porque trabalha com compromisso e responsabilidade, com limite territorial, e os senhores muitas vezes enfrentam isso, quando têm que ir a essas comunidades, mostrar a elas o seu trabalho, têm que pedir licença ou pagar um pedágio. Onde nós temos isso? Porto Alegre, Curitiba, Manaus, Buenos Aires? É preciso que as pessoas se convençam de que nós temos isso, e é um número muito pequeno de pessoas para causar um pânico em 16 milhões de pessoas, e para isso correu o mundo.

O Rio de Janeiro não é violento, os senhores moram lá. Ele tem núcleos de violência, tem esse aspecto territorial muito específico. Nós temos índices de criminalidade europeus em determinadas áreas do Rio de Janeiro.



O que eu quero dizer é que os programas federais, municipais... O Rio de Janeiro não pode receber um programa do Oiapoque ao Chuí, é só isso. Mas o PRONASCI é fantástico: nós temos 22 mil policiais, ganhando 400 reais por mês, que estão se preparando em casa. Se eles não têm computador, fazem no batalhão. Essa é uma quebra histórica de paradigma, capacitar-se ganhando.

O PRONASCI é mais fantástico porque — agora que estamos com UPP, eu estou sentindo isso — ataca as questões diferentes da segurança pública, remete esses recursos para a saúde, para o esporte, para fazer um projeto de esporte. É demorado? É. Nós temos problemas burocráticos? Temos. Estou aqui com os projetos que enviei para a SENASP, do SICONV. Eu tenho todos eles aqui, inclusive com mais 2 aeronaves blindadas, que já estão desde janeiro, mas entendo, e os senhores também têm que entender, que isso tem uma velocidade burocrática. Existe a Lei das Licitações e uma série de coisas.

Essas medidas é que pedimos à Comissão, quando foi ao Rio de Janeiro, e estamos pedindo aos senhores, que por favor agilizem, para que possamos trabalhar em igualdade de condições com quem agride o cidadão.

Nós precisamos de mudanças legislativas em que os senhores podem nos ajudar. É preciso mudar a Constituição, fazer não sei o quê, mas e aí, gente? Vamos botar a cabeça embaixo da mesa? Vamos jogar para baixo do tapete? Está aqui, vou deixar com a Comissão todas as medidas e as mudanças que pretendemos, passando pela Lei de Execuções Penais.

Por que eu não posso comprar um colete? Não vou falar em agredir, mas em colete à prova de bala, que é israelense e é do peso de uma camisa. Por que não posso? Por que levo 8 meses para comprar um gás de pimenta? Enquanto isso, as questões no Rio de Janeiro estão acontecendo.

Senhores, o 11 de setembro é conclamar essas pessoas para que resolvamos, cada um dentro da sua seara, para que consigamos investir cada vez mais em perícia. Estou com 35 mil máquinas caça-níqueis apreendidas — esse é o cerne da contravenção. E eu tenho problemas periciais, porque, se eu prendo por contrabando, é perícia da Polícia Federal; se eu prendo por jogo de azar, é perícia da Polícia Civil, e nós não temos estrutura.



É isso o que estamos pedindo. Ninguém aqui está combatendo. O Governo Federal veio e ficou muito sensibilizado, é parceiro, sempre foi. O que nós precisamos é cada vez mais afinar essa parceria, é dar celeridade a ela.

Mostrei à CPI, ao Deputado Raul Jungmann, que estava aqui, o nosso antigo SENASP; mostramos a ele que mandamos policiais atrás de pessoas que vendem armas, mandamos pessoas para ver. As [P18]pessoas compram armas por telefone, e elas são entregues em casa.

Em relação ao BOPE, que é a melhor tropa de assalto do mundo, quando nós chegamos lá, o funcionário do BOPE não tinha arma. Quem é policial sabe disso. Ele retirava a arma do paiol, sem calibrar, sem treinar. O policial de força especial não tinha arma. Hoje ele tem um fuzil, mas teve de comprar o fuzil autorizado pela Lei das Licitações, que tenho certeza de que não é o fuzil que ele quer. Se um advogado compra o seu código, se um médico compra o seu bisturi, se os senhores aqui nesta Casa possuem as condições necessárias ou quase necessárias para trabalhar, isso é algum absurdo?

Portanto, o 11 de setembro nada mais é do que conclamar as pessoas a debater a matéria. Nós temos este momento, que é muito positivo. Podem falar. Os senhores que são cariocas me digam: quando houve a verticalização de Prefeituras, Governo do Estado e Governo Federal? Que Governo Federal anterior a este preocupou-se com a segurança pública do Rio de Janeiro? Não há aqui questões acerca de que brigou, que falou, que deixou. Não. O que eu fiz foi, mais uma vez, chamar o Ministro Tarso Genro, meu professor de Direito do Trabalho, em Santa Maria, para acelerarmos a busca de soluções.

As soluções legislativas administrativas estão aqui. Ressalte-se que eu levei 2 anos e 4 meses para colocar um delegado de polícia na rua. A sociedade quer a resposta. Mas nós, graças a Deus, vivemos num Estado Democrático de Direito. As pessoas têm o direito de se defender. E, se levamos 2, 3 anos, não é problema. Não cobrem isso do Secretário, nem do Comandante da PM, nem do delegado, nem do Chefe da Polícia. Senhores, é a lei. Vamos jogar o jogo. *“Ah, mas isso, não sei o quê”*. As Casas Legislativas existem para isso. Na semana passada, deparei-me com o caso de um delegado relativo a um processo administrativo sobrestado há anos. Ele se defendeu e argumentou.



A segurança pública, como disse muito bem o Deputado, não é a polícia. Faz-se necessário levantar uma série de questões. Este é o momento. A nossa sensibilidade, de todo brasileiro, em especial a minha, aumentou quando aquele helicóptero foi atingido.

Por isso, conclamo todos para avançarmos em relação ao PRONASCI, às mudanças legislativas, às punições dos policiais. Recentemente houve um fato triste, no Rio de Janeiro, envolvendo um policial. Aquele policial vai ser processado como qualquer cidadão. *“Ah, tem que botar na rua”*. Vocês querem que o comandante cometa abuso de poder. É direito. *“Ah, mas, na Colômbia, botaram 15 mil policiais na rua”*. É verdade. Mas sabem como funciona na Colômbia? Uma expressão conhecida pelos mais antigos: poder discricionário da autoridade policial. A opção é nossa. Agora, nós temos de enfrentar esse problema.

Quando se fala em política de enfrentamento, sem dúvida nenhuma — tenho o maior respeito pelo Deputado, sei da sua história constituída nessa luta —, vou repetir, grupos de narcotraficantes com armas de uso restrito, com munição de uso restrito, com ideologia de facção, com território, esses grupos eu combato, estou combatendo e vou continuar combatendo. Isso é inegociável. Há uma complexidade que envolve essa questão existe porque eu, Estado, policial fardado, que vou lá com uma arma retirada de um paiol, que está registrada com o meu nome, com uma viatura cadastrada e uma ordem de missão — e nessa ordem de missão não está escrito *“você tem que matar”* —, sou o Estado formal. [p19] E ali eu encontro uma pessoa que não tem endereço.

Se eu, policial, tenho a obrigação de prover segurança, vamos fazer o raciocínio contrário. Eu, Estado, vou a esse lugar para prover a segurança, para pedir que essa pessoa devolva as suas armas, as suas drogas, enfim, os seus ilícitos, e encontro esse cidadão com uma arma na mão. Essa pessoa, pelo simples fato de estar armada, está abrindo mão do seu direito de segurança. E, infelizmente, acontece o que os senhores estão muitas vezes vendo acontecer. Mas a cada trabalho desses, a cada operação, nós nos reunimos, são dados *feedbacks*, no sentido de torná-las menos complexas. *“Mas por que não vão a certos lugares?”* Não vamos, muitas vezes, a certos lugares porque temos responsabilidade. Mas, na hora em que tivermos uma construção sólida da inteligência, iremos.



Então não sei aqui... Houve 40 mortes. Houve, sim, 37 mortos engajados e 3 inocentes mortos — mortos, não; executados pelo próprio tráfico, na sexta-feira. Pararam o carro, mandaram eles descerem, deitarem no chão, e esse tipo de narcotraficante fez essa barbaridade.

No que se refere ao controle de armas, eu até digo aos senhores que, em uma pesquisa do próprio Ministério da Justiça, que até me surpreendeu, o Rio de Janeiro ficou em segundo lugar como o Estado que controla melhor suas armas. Talvez o Delegado Allan Turnowski possa fazer isso, porque há uma delegacia especializada nisso.

E isso é outra coisa que estou pedindo aqui. Temos um legado de armas apreendidas e um quantitativo de explosivos que não podemos destruir, porque têm que ficar nos autos. Temos que dar um destino a isso, e isso não é um problema do Rio, mas do Brasil inteiro. Tudo o que apreendemos de explosivos e granadas está em um lugar lá, apreendido, porque temos que prestar contas ao Judiciário. Isso tem que ser resolvido. Isso só ajuda a comunidade, a população, e isso está aqui nesse documento.

Quanto à questão da preparação das operações, Deputado, o Mário pode passar alguma coisa para o senhor.

Vou falar rapidamente, Deputada, sobre UPPs, vou fazer um *link* com a questão dos Jogos Olímpicos. Quanto às unidades pacificadas, quero agradecer esta oportunidade de falar um pouco sobre isso, porque sabemos que há muita coisa um pouco mal entendida. A unidade pacificada nada mais é do que o que entendemos como solução. Qual é a solução? É retomar esse território, é devolver para o cidadão esse território, é devolver para ele esse território. É a Polícia entrar e ficar.

Ocorre que a Polícia trabalha com efetivos de 1977. Também não houve preocupação de arrumar os efetivos da polícia. Então, obviamente, nem eu nem qualquer outro Secretário tem condição de entrar nos lugares considerados conflagrados e resolver isso. Mas a solução está aqui, está colocada. Temos projetos aqui para 100, já estabelecidos. Precisamos de gente. E eu não preciso de gente somente para as UPPs. Eu preciso de gente também para os batalhões de rua. Para isso, preciso de concurso público. Para fazer concurso público, preciso



que a Polícia seja atrativa. A pessoa que vai fazer um concurso precisa sentir-se seduzida pela profissão que ela escolheu. E aí temos as questões salariais, uma série de questões, e isso também vai parar lá em segurança pública.

Por isso estamos conversando com o Governo Federal. E peço aos senhores que entendam isso, sejam sensíveis, porque precisamos reverter esse quadro.

A unidade pacificada funciona. Fizemos um planejamento. Como é feito o planejamento? Não existe uma fórmula mágica. Por quê? Porque todos os lugares no Rio de Janeiro são diferentes, a geografia, os acessos. O Dona Marta, por exemplo, tem 1 entrada e 1 saída; a Cidade de Deus tem 40; o Batan tem mais uma série de outros aspectos. Em algumas, anda-se de carro; em outras, não. Em outras ainda não se anda nem de bicicleta, é preciso subir a escadaria. Portanto, em algumas, preciso de menos gente; em outras, de mais gente, pois necessito colocar as pessoas caminhando. O que fazemos? Entramos com um policiamento mais forte, um policiamento de massa, e permanecemos ali, onde prisões são feitas ou onde essas pessoas saem dali ou morrem em confronto. E a Polícia ali permanece. Ali ela permanece.

Havendo o retorno de como está aquela área, vamos retirando esses policiais e entrando com policiais de polícia comunitária, a ponto de deixarmos lá só os policiais de polícia cidadã, de polícia comunitária, recém-saídos da academia. Por que recém-saídos da academia? Eles saem dali ganhando 500 reais, e aí vem uma parceria da Prefeitura Municipal. Eles saem motivados, pelo menos mais motivados do que os outros. Eles saem sem vício nenhum da rua, e isso também é uma realidade, eles vão direto para o trabalho. Eles saem com muito mais tranquilidade, porque, em tese, estão fora de áreas consideradas violentas, sem que haja necessidade de ir para o embate a qualquer momento. Ali a Polícia se instala, e dali aqueles policiais não saem, eles se revezam ali dentro.

O que acontece? Os policiais começam a conhecer os moradores, e os moradores começam a conhecer os policiais. No início, é uma coisa um pouco complicada.

O que quero deixar claro para os senhores é que, em dezembro, no Dona Marta, um lugar dominado por um traficante conhecidíssimo, Marcinho VP, um lugar onde o Michael Jackson pagou para fazer um *show* para o tráfico, fará 1 ano que as



crianças e as pessoas lá não escutam um tiro. Estão longe daquele achincalhe de mostrar armas.

A UPP não tem a finalidade de acabar com o tráfico de drogas. Não temos essa ilusão, porque onde existe um viciado existe um lugar para ele se servir da droga. Mas deixa de existir a territorialidade, o pedágio, aquela história de o caminhão da empresa tal que foi entregar tal coisa não poder entrar. Os senhores podem ir lá a qualquer hora do dia ou da noite. E a imprensa está fazendo isso. Não é algo maravilhoso, uma garantia, mas é muito diferente.

Quem fez, quem mostrou a fórmula disso? *“Ah, mas tem que fazer em mil e não sei quantas.”* Mas o produto está aqui, o modelo está aqui. Garanto aos senhores que, com muito menos, em alguns lugares mais emblemáticos aonde chegarmos, vamos dar outra visão para o Rio de Janeiro. Não digo apenas nós, outros Secretários e outros Governos podem fazer o mesmo, porque a proposta está pronta.

Portanto, o objetivo da Unidade Pacificadora é a questão da territorialidade. A violência doméstica pode existir, porque ela é do fato social, mas o que não temos ali é o achincalhe, é o narcotraficante com essas características todas que acabei de citar.

A questão dos Jogos Olímpicos. Quero deixar claro para os senhores, como servidor público, que fomos à sabatina do Comitê Olímpico e contamos a realidade do Rio de Janeiro. Dissemos a eles o que é o Rio de Janeiro e comentamos os problemas do Rio de Janeiro. Agora, mostramos que temos horizontes, que temos medidas de curto prazo, medidas de médio prazo e medidas de longo prazo, que temos policiais a serem formados, que as nossas academias estão voltando a preparar de maneira corrente policiais, para recuperar a ausência de efetivo histórico e para caminhar com as Unidades Pacificadoras.

Será construído lá — no máximo, até o início do ano essa obra deve ter início, porque os projetos estão prontos e o dinheiro já está conosco — um centro de comando inteligente. Não[P20] será simplesmente um lugar onde se repliquem imagens; as instituições vão trabalhar juntas. Hoje, em determinadas Capitais, se acontece um acidente de trânsito dentro de um túnel, as pessoas não sabem para



onde se dirigir. Não é mais um conceito só de segurança de polícia, é de unidade de instituições de defesa social.

A nossa ideia, então, é preparar a cidade exatamente para sairmos daquela expressão que o nosso Deputado falou — espasmos de segurança —, é fazer o evento. Fazemos qualquer evento. Podem organizar os eventos que nós os fazemos. Agora, não queremos causar um efeito de segurança nas pessoas por 15, 20 dias, e, depois, vai-se embora e fica tudo como estava.

Para fazermos isso, do que precisamos? Estrutura. Precisamos nos estruturar. E para isso não há necessidade de ações pirotécnicas. São ações constitucionais, são ações eletivas, são ações administrativas, são aquisições, são compras. Trata-se de tornar a Polícia atrativa; trazer cada vez mais o Governo Federal para perto da gente; dar mais velocidade a isso; interagir com os senhores; chegar aqui e dizer, com toda a franqueza, o que está acontecendo, qual é a nossa ideia e o que pretendemos.

O que aconteceu no Rio de Janeiro de diferente foi a queda daquela aeronave. Quem não se lembra das invasões do Vidigal e da Rocinha? Isso é histórico. Agora aconteceu algo diferente e triste. Então, vamos fazer isso para dar um passo efetivo, concreto.

Deputado, não sei se respondi bem as suas perguntas.

No que se refere à questão das máquinas caça-níqueis, também temos operações prontas, planejadas e executadas. Mas isso esbarra na questão pericial, seja do lado federal, seja do lado estadual. O que fizemos? Trouxemos o Ministério Público do Estado e o Ministério Público Federal para procurar um caminho ágil, para que possamos dar a resposta para a sociedade. A sociedade só vai passar a acreditar cada vez mais na Polícia quando mais atitude essa polícia tiver, porque acho que de conversa estamos todos cansados.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Sra. Presidenta, eu gostaria que o Secretário não encerrasse a exposição dele sem responder sobre aquilo que me parece um informe completamente absurdo: 15 mil fuzis M-16 — ou o similar, Colt — foram importados para a Polícia Militar do Rio de Janeiro.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Ah, sim, claro, exatamente, Deputado.



O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Nunca ouvi falar dessa cifra de importação para a Polícia Militar do Rio de Janeiro. E pior ainda: 3 mil desses teriam sido desviados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Tudo o que sai lá na Espanha é muito duvidoso. Veja que aquele jornalista disse que, na ocupação do Dona Marta, corria sangue pelas ruas. O senhor leu isso?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Não me lembro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Foi o mesmo que disse que ficou agarrado lá no Macacos. Então, esses jornalistas espanhóis são meio...

O senhor quer responder agora?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Passou aqui, mas eu também não tenho conhecimento. Acho que o Comandante-Geral também não tem conhecimento.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - É que me parece completamente absurdo.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Imediatamente vamos elucidar isso.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Parece-me completamente absurdo.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Não tenha dúvida, não tenha dúvida.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Mas queria saber se pelo menos havia algum traço, algum indício desse tipo.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Não, não.

O SR. ALLAN TURNOWSKI - Secretário, um esclarecimento. Deputado, quando da importação dos M-16, a Polícia Civil ganhou 100 fuzis. Cem! Acredito que a Polícia Militar deve ter ganhado 3 ou 4 vezes mais, pelo efetivo. Então, estamos falando de 500 fuzis importados legalmente. Não existe essa possibilidade.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Não há 15 mil fuzis de assalto em todas as Polícias Militares do Brasil.

O SR. ALLAN TURNOWSKI - O BOPE tem 400 homens. Para que 15 mil fuzis?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Secretário, o senhor terminou?



O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Aqui dá para explanarmos muito mais sobre segurança. Não sei se atendi a questão do GEPAE. E o senhor também tinha falado algo sobre os DPOs, com os quais acabamos. Acabamos com eles porque não tinham uma função. Ou estavam a serviço do tráfico, ou o policial tinha que se comportar de maneira omissa, para poder sobreviver ali. Demoramos até um pouco para fazer isso, porque a comunidade não queria que fossem retirados. A comunidade via, na presença de um policial, uma viatura, um telefone, para poder se socorrer, mas isso, infelizmente, não é uma ação nossa.

Outro dado importante, para os senhores verem como precisamos juntar esforços: a Polícia Militar do Rio de Janeiro tem um êxodo de mil a 1.200 homens por ano. São pessoas que desistem de ser policiais. Vão[P21] prestar outros concursos, vão para outras instituições. Por quê? Porque não é uma carreira atrativa, não é uma carreira que possa fazer com que as pessoas fiquem na instituição.

Quanto ao ingresso, um exemplo hipotético: há 25 mil, 30 mil inscritos para 2 mil vagas; no final do certame, passam 800. E aí se diz: *“Por que não são feitos mais concursos?”* Como não preenchi as vagas do concurso anterior, fico 1 ano completando vagas, para fazer um certame. Se o salário, como o de polícias de outros locais, fosse melhor — é outra questão —, essas instituições seriam atrativas para os policiais e, conseqüentemente, a prestação do serviço seria muito melhor, sem dúvida alguma.

O salário básico do policial está em torno de mil reais. Vejam bem, ele está na academia hoje. É pouquíssimo. Ele está na academia hoje. Ele sai e, no outro dia, inscreve-se no PRONASCI. Passa a receber 1.400 reais. Se ele entra numa UPP, seu salário passa para 1.900 reais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Mas, se ele faz prova para a Polícia Federal, entra ganhando 6 mil, 7 mil. Então, há enorme êxodo na Polícia Civil. A pessoa acaba usando a Polícia Civil de trampolim. Ainda é muito pouco. Eu sei que o senhor sabe disso também. Ainda é muito pouco. Os melhores vão embora primeiro.

Secretário, o Projeto de Lei nº 353, de 2007, está tramitando nesta Casa. Trata-se de encaminhar para os policiais as armas apreendidas. Eu fui a Relatora



desse projeto. Trabalhamos muito nesta Comissão. Conseguimos aprová-lo. O Exército é o maior embaixador de tudo isso. Negociamos inclusive o uso de pistola 9mm. A Polícia Federal e o Exército não abrem mão disso de jeito nenhum. Eu tive que abrir mão disso. Esse projeto já está na CCJ e vai ser votado, se Deus quiser, semana que vem.

O Deputado João Campos, que também é delegado de polícia civil, está lá, fazendo isso.

O senhor disse algo muito importante: prender é mole; manter preso é muito difícil. Cito a legislação de execuções penais. Menciono também essa instituição de crime de milícia. É muito difícil conseguir manter preso. Até os traficantes. Eu tenho 20 anos de Polícia. Prendemos diversas vezes o mesmo bandido, porque ele vai para a rua. Esses garotos que o senhor enfrenta hoje não têm nada a ver com aqueles que enfrentávamos no passado, porque, no passado, eles tinham muito dinheiro e muito poder. Esses garotos que estão na rua não têm nenhuma instituição por trás deles. Nenhuma! Nem família, nem igreja, nem escola, nem Estado!

Por isso o PRONASCI veio fazer a diferença nisso aí. Todo o mundo só ia para o confronto. Essa garotada doida que está aí não é o crime organizado. É um monte de garoto doido. É algo muito pior. Se fossem organizados, trabalharíamos com muito mais facilidade. Ressalto a desorganização deles e o vício, principalmente no caso do *crack*. Se os garotos não vão à escola, não sabem nem administrar uma boca de fumo. Saem para dar tiro e roubar carro na rua. É muito mais difícil enfrentar esse tipo de crime do que realmente aquele grande crime organizado.

Vou conceder a palavra ao Dr. Allan Turnowski.

O SR. ALLAN TURNOWSKI - O Secretário pediu que eu falasse do controle de armas. Vou começar falando das operações que o Deputado mencionou com relação a respostas desses últimos acontecimentos.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Allan, há 2 coisas que eu ainda queria dizer. Senhores, quando ele falar em operações, façam uma abstração. No Rio de Janeiro, neste momento, em alguma delegacia, há policial tentando fazer uma investigação, procurando elucidar um homicídio, em relação a que há muita cobrança. Como íamos elucidar homicídio se não havia IML? Ele está lá



investigando. A qualquer hora, vem o chefe dele, bate em suas costas e diz: *“Olha, larga isso aí, porque nós temos que ir ao morro X fazer alguma coisa”*. Aí ele pega a sua arma, o seu fuzil, vai lá, faz o que tem que fazer, desce, joga aquilo de lado e volta para o seu trabalho. Um[p22] outro policial está na frente de um colégio, com as mãos para trás, ajudando as crianças a atravessarem a rua. Daí a pouco, escuta pelo rádio: *“Venha para o batalhão. Teremos que ir a um lugar X”*. Ele larga tudo aquilo e vai para lá.

Isso não acontece em outros locais do Brasil. Isso não é exigido do policial em outros Estados, até porque as Polícias nesses outros lugares têm os batalhões especiais. O Rio Grande do Sul tem o BOE. Só no Rio de Janeiro, em função desse universo, o policial tem que deixar o que está fazendo, o seu trabalho de investigação, e atuar. Isso também é outro aspecto diferente da Polícia do Rio de Janeiro.

O SR. ALLAN TURNOWSKI - Com relação ao controle de armas, vou começar a explanação pela operação que vai acabar caindo no controle de armas.

As operações policiais, como o Secretário disse, são necessárias. Uma investigação aponta um paiol em determinado local, aponta que uma quadrilha fortemente armada sai desse local, vai até a cidade, efetua roubos, homicídios e retorna para esse local. O que é mais fácil? Tentamos prendê-los ou protegemos toda a sociedade, sem saber exatamente o próximo alvo?

Não há como, numa investigação, depois de definido o alvo, o local, quem são, deixar de tentar prendê-los. É lógico que, para fazer isso, nós tentamos, com técnica mais apurada, evitar qualquer tipo de efeito colateral para essas comunidades, mas é muito difícil deixar de ir.

Só que, inicialmente, as investigações eram sempre para tentar buscar essas armas dentro desses locais. Atualmente, já buscamos essas armas em outros países, prendemos gente no Paraguai, na Bolívia, tentando evitar somente essa única ação dentro dessas comunidades, tentando evitar que essas armas cheguem aqui. Já foi uma evolução.

E mais, além dessas operações normais, além das operações em fronteiras, também estamos buscando o dinheiro desses traficantes. Prendemos na semana passada uma família. Buscamos o dinheiro do lucro desse tráfico. É mais uma



evolução. São várias frentes dentro de uma mesma resposta. O Sr. Deputado lembrou uma delas. Estou aqui mostrando outras que também fazem parte dessa resposta e que, às vezes, não são tão visíveis. Então, a prisão da família inteira de um líder dessa facção que realizou invasão no Rio de Janeiro é um tipo de resposta diferente que está em evolução.

Além desses, brevemente haverá outros bens apreendidos, outras famílias presas. Não se trata de familiares que não participam de atividade criminosa. Não. São familiares que vão ao presídio, levam informações, respostas, mandamentos, repassam isso para terceiros, de forma oral, não por telefone, e posteriormente eclode no Rio de Janeiro uma série de fatos. Trata-se desse tipo de familiar envolvido, sim, na atividade criminosa, usado como pombo-correio. Estamos indo atrás do dinheiro, do lucro desse tráfico.

Com relação a essa ida nossa às fronteiras, há uma explicação lógica. Alguns anos atrás, um fuzil no Rio de Janeiro custava de 5 mil a 8 mil reais. Atualmente, está custando de 30 mil a 45 mil. Evidentemente, há a ganância do contrabandista. Se existe um mercado que está pagando bem, ele leva imediatamente essas armas para dentro desse mercado. A ação da Polícia no Rio de Janeiro fez com que se acabasse valorizando o armamento. Aumentou a ganância dos contrabandistas. É um negócio. Se se paga bem em determinado local, essa sangria tende a ser direcionada para esse local.

Quanto ao controle interno de armas, é muito difícil vazamento ou distribuição de armamento, apreendido ou da Polícia, para traficantes. Pode haver um ou outro caso de fuzis roubados de delegacia que acabaram nas mãos de traficantes. No Governo passado, houve o caso de uma delegacia que foi invadida. Estou falando até da Polícia Civil, que eu domínio mais. Nós identificamos essas armas e muitas vezes as recuperamos. Quando recuperamos uma arma da Polícia que se encontra na mão de um bandido, sabemos, pelo registro, de onde foi furtada, quando foi furtada, enfim, temos todo o histórico dessa arma. Alguns anos atrás, quando houve dentro da Polícia desvio de munição, prendemos aquele que desviava e melhoramos ainda mais o nosso controle.

Quando[P23] vamos a uma operação policial — eu fui a muitas —, o que vemos é muito armamento importado, é munição chinesa, é munição de outros



países, é granada argentina. Quanto a essa história de que o desvio interno é maior do que o externo, basta considerar as grandes operações, as grandes apreensões, os grandes flagrantes. Isso aí, estatisticamente, vai cair por terra.

Então, o que eu lhe digo hoje é que pode haver, sim, pelo menos na área de polícia, um pequeno desvio, furto, roubo, mas é coisa ínfima perto do universo de armas que se encontram no Rio de Janeiro.

Eu acho que, com relação ao controle de armas, era isso que eu tinha para esclarecer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Muito obrigada, Dr. Allan.

Com a palavra o Comandante da PM Mário Sérgio Duarte.

O SR. MÁRIO SÉRGIO DE BRITO DUARTE - Acho oportuno responder a alguns pontos que, marcadamente, são da Polícia Militar e que foram objeto de questionamento por parte do Deputado Chico Alencar.

A questão das operações já foi respondida pelo Dr. Allan, mas vou estendê-la um pouquinho mais no que diz respeito à PM. Há também a questão do GEPAE. Deputado, o senhor falou sobre a hipótese de um possível privilégio, ou preterição — não sei exatamente —, do combate sobre uma facção, e não de uma outra facção. Há ainda a questão da formação policial. Acho que esses são os tópicos que poderíamos dizer que mais...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Desculpe-me, só um esclarecimento: há facções, já que o próprio Secretário Beltrame falou, que têm uma ideologia não de tomada do poder, não de consciência política, mas de territorialidade. Há umas que são mais ou menos belicosas e, por isso, mais ou menos confrontadas? Eu já ouvi falar disso e percebo um pouco isso. Pode ser só uma percepção equivocada.

O SR. MÁRIO SÉRGIO DE BRITO DUARTE - Bem, primeiro, eu gostaria de dizer, sobre essa questão das operações policiais, que eu ficaria muito feliz se a Polícia Militar pudesse cumprir aquilo que é verdadeiramente a sua missão, de polícia ostensiva de preservação da ordem, fazendo só patrulhamento e policiamento. Que bom seria se não precisássemos desta semântica — operações —, que parece algo muito mais voltado para o universo militar. E acho que, no



passado, Deputado, nós já fizemos isso. A Polícia realizava, verdadeiramente, patrulhamento e policiamento.

Hoje tenho certeza de que estamos fazendo isso nas unidades pacificadas, por meio da Unidade de Polícia Pacificadora. Lá não temos operações policiais, temos polícia de proximidade, polícia de intensa interação com a população. Se os senhores visitarem qualquer uma delas, vão verificar que funcionam, sim, ainda que elas tenham particularidades, porque atuam em comunidades com suas especificidades.

Ocorre que, depois da chegada dos fuzis, a partir do fim da década de 80, não foi possível ser mais assim. O fuzil empoderou o traficante; o fuzil trouxe uma vontade de luta; o fuzil trouxe um etos de guerra para o jovem do narcotráfico. E aí ele tem essa ideologia, que não é revolucionária, como foi bem dito aqui pelo Deputado Chico Alencar, mas é uma ideologia, porque ela traz valores, traz uma identidade coletiva. Ela facilita, regula as relações daquele grupo com os seus inimigos, contra os seus inimigos, com a população de onde esse grupo se instala. Essa ideologia regula a entidade abstrata que está na ideia daquele grupo. Ela regula as ações de enfrentamento contra o Estado. E aí não é possível mais que façamos apenas policiamentos, que duplas de policiais patrulhem esses locais, Deputados.

Vejam o que aconteceu, por exemplo, no Morro dos Macacos. Na verdade, nós temos um sem-número de informações todos os dias. A Polícia Civil e a Polícia Militar trocam muitas informações entre si e com o sistema de inteligência também. Nós recebemos um sem-número de informações de invasões que conseguimos evitar. Só que a prevenção não aparece. Aquilo que não aconteceu não se torna visível. Só se vai tornar visível o que não conseguimos. Então, naquela comunidade, que envolve 4 bairros, 3 unidades diferentes, 36[p24] entradas para veículos, fora os pequenos caminhos, infelizmente houve a invasão, mas não houve a tomada por parte do grupo invasor, porque a Polícia estava lá dentro e conseguiu evitar o pior. Mas, ainda assim, houve pelo menos 4 inocentes feridos. Foram 3 mortos e 1 gravemente ferido.

Temos que realizar operações, e não por vingança. A sociedade clama isso, a sociedade quer ver sua Polícia e o seu Estado dar respostas. Temos que buscar



essas pessoas, seja lá onde elas estiverem, mesmo que haja risco para os nossos homens.

Naquele dia, Deputado, não foram só os que foram calcinados, já tínhamos os nossos homens mortos nas ruas do Rio de Janeiro. Mas, carbonizados e calcinados, foi a primeira vez. Talvez isso tenha feito com que a população se unisse em torno da Polícia. E a melhor comparação — concordo plenamente com o Secretário — foi com o 11 de Setembro. Tivemos fogo, aeronave abatida, enfim, houve aquela situação que causou impacto tão grande no Rio de Janeiro.

Mas as operações, Deputado, são feitas a partir de investigação e inteligência. Fomos, no primeiro momento, atrás daquela quadrilha, daquele bando, daquela facção que promoveu esse paroxismo, que nos levou a um estado tão agudo de dor para a população do Rio de Janeiro. Então, foram operações em que procuramos ter o maior cuidado possível, mas não nos podíamos aconselhar com receios naquela hora e não realizar essas operações.

Queria também dizer que, em relação ao GEPAE — posso falar um pouquinho dos postos de policiamento comunitário também —, não é uma ideia ruim, mas eu diria que o GEPAE está hoje para a UPP como a alquimia está para a química. É um processo melhorado, é um processo aperfeiçoado. O GEPAE talvez fosse uma criação um pouco ingênua, mas adequada àquele momento. Hoje acreditamos que não podemos ter nenhum tipo de convivência territorial com o narcotráfico. Daí a UPP, porque a UPP não vai permitir nenhum tipo de convivência com o narcotráfico naqueles territórios. É preciso desarmá-los. É preciso dizer: Estado é Estado, Estado com o monopólio da força, Estado com o monopólio do uso das armas. E os postos de polícia comunitária, que estão sendo desativados, não funcionavam dessa forma. O Estado se fazia presente com os policiais, com suas armas, mas aquelas armas não se impunham. Então, era preciso remodelar tudo isso, como estamos fazendo agora. Na verdade, a UPP, nessa comparação, é um conceito aperfeiçoado, é bem melhor que o GEPAE. A UPP é a nossa química.

O senhor falou também sobre a questão de corporação nas Polícias. Na Polícia Militar, é claro, temos problemas de corrupção. Não é uma corrupção institucional, fomentada pela instituição, mas é corrupção. Temos combatido a nossa corrupção.



O Secretário falou em 620 homens aproximadamente, só nos últimos 3 anos, mas isso já vem de muitos e muitos anos. Às vezes, somos tão rigorosos que, em alguns momentos, a Justiça detecta excessos da nossa parte. E temos que reincluir homens nossos, porque estamos muito preocupados com isso.

De vez em quando, esbarramos nos nossos erros pela necessidade de dar respostas céleres. Agora, acho que o corrupto não tem origem. Vamos encontrá-lo na Polícia, mas vamos encontrá-lo nos outros Poderes também. Eventualmente alguns próceres de outras instituições são pegos com a boca na botija, e têm que vir se desculpar publicamente, e são levados à Justiça.

Queria dizer também que, para nós, não interessa ADA, TCP, Comando Vermelho. A Polícia Militar, a Polícia Civil, o Secretário deixou bem claro que não tem preferência. Claro, quando a ação mais agreste está vindo de uma quadrilha, ou de um bando, ou de uma facção, temos que dirigir nossos esforços mais para ela. E há uma alternância de agressividade no tempo entre elas: ora uma está mais agreste, ora outra está. Até porque, naqueles momentos, estão buscando ocupar espaços perdidos ou tomar outros espaços, porque a territorialidade é muito forte nisso.

Mas a nossa[p25] solicitude no sentido de ação policial contra os grupos é absolutamente igual, não fazemos diferença de um para outro, até porque são tiranos, são cruéis, embora tenham algumas representações, alguns símbolos diferentes, mas a ideologia é muito parecida de um grupo para outro.

Quero dizer também que a nossa formação policial vem se modificando ao longo do tempo. Há 40 anos ela era verdadeiramente militar. A marca da formação, pelo menos da Polícia Militar, era a marca militar. Há pelo menos 30 anos, migramos para uma formação mais jurídica, com a compreensão de que o policial tinha que ter as ferramentas das ciências penais — vamos chamar assim — para interpretar o mundo e tratar os problemas da sociedade. Há 15 anos passamos a fazer a interpretação com as ferramentas das ciências de humanidades. O problema é que a prevalência de uma sobre outra acabou fazendo com que fôssemos ora mais militares, ora mais jurídicos, ora mais cientistas de humanidades.

No novo momento que estamos vivendo, estamos juntando tudo isso, trazendo as ciências de gestão, a Estatística, a Economia, para podermos interpretar



os fenômenos sociais e fazer polícia. Estamos traçando agora algo que não havia na Polícia, o perfil profissiográfico do policial. Tínhamos um senso comum. O que um policial tem que ter? O que ele tem que saber? Na nossa seleção privilegiávamos a Matemática, por exemplo. A prova mais difícil e mais importante era a de Matemática. Ora, para um policial que tem que trabalhar no meio social interpretando fenômenos sociais, será que isso é o mais importante? Estamos mudando a seleção também na Polícia Militar.

Como essas são as questões mais voltadas para a instituição, acho interessante pontuar cada passo desse. Acredito que estamos conseguindo fazer uma segurança pública melhor nesses últimos anos. Temos uma ideia muito clara do que queremos, estamos sendo muito bem liderados pelo nosso Secretário. Acreditamos que a cidade do Rio de Janeiro vai se tornar melhor, acreditamos que o Rio de Janeiro vai se tornar um Estado melhor, claro, com o apoio de todos, com o engajamento da população e o apoio do Governo Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Obrigada, Comandante.

Os senhores se esqueceram de falar de algo interessante que está acontecendo lá, que é o Polícia Cidadã, com o AfroReggae e a Polícia Civil do Rio de Janeiro, abalizado pelo Governador, que levou para o Palácio todas aquelas pessoas do AfroReggae, aquelas crianças retiradas da marginalidade e colocadas naquele projeto maravilhoso deles. Vigário Geral e Parada de Lucas, áreas eternamente conflagradas, hoje vivem mais ou menos com serenidade, por conta do trabalho do Júnior e daqueles rapazes.

Lembro também que realmente a PM mudou muito de paradigma depois da entrada do Comandante. A primeira coisa que fez foi acabar com a prisão administrativa, aquela prisão que humilhava o policial. Se o policial chegava com o bote sujo, ficava preso durante 3 dias. Isso melhorou muito a autoestima do policial. Era algo sem sentido. Prisão decorre de flagrante ou de mandado de prisão.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o Deputado Paes de Lira.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, ilustres membros da Mesa, Dr. Beltrame, Secretário de Segurança Pública; Dr. Novaes, Subsecretário de Modernização Tecnológica do Estado do Rio



de Janeiro; Dr. Ronaldo Teixeira, Secretário-Executivo do PRONASCI, Comandante-Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro, nobre instituição, Coronel PM Mário Sérgio; Dr. Allan Turnowski, Delegado-Geral de Polícia do Rio de Janeiro, percebo que existe uma nítida angústia nos depoimentos.

Refiro-me ao Secretário, ao Dr. Novaes, ao Coronel Mário Sérgio, ao Delegado Allan Turnowski. É natural, eles se sentem questionados, como se estivessem talvez perante uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Não é bem esse o propósito desta audiência. O propósito é avaliar o quadro de segurança pública no Rio de Janeiro.

Os [p26] depoimentos me pareceram muito sinceros e mostram que há projetos no Rio de Janeiro voltados para a questão da segurança pública. Eu me preocupei inicialmente porque ouvi muita menção a equipamentos e sistemas. Eu estava um pouco assustado de perceber aqui muita menção a equipamento e sistemas. A menção à valorização do policial veio posteriormente, por intermédio do Dr. Ronaldo Teixeira, quando falou sobre o PRONASCI. A valorização do componente humano da instituição policial militar e da policial civil é absolutamente essencial para o combate à violência, para o combate ao crime. Na verdade, ela é muito mais importante do que equipamento, sistema, viatura, colete, helicóptero e tudo o que se possa dizer. Essa valorização, muitas vezes, é retórica.

No Rio de Janeiro, por exemplo, o salário do policial, para usar uma expressão muito clara, é uma vergonha, e não só no caso do Rio de Janeiro, mas no do País. O soldado da Polícia Militar do Rio de Janeiro recebe esse salário — acredito que o patamar seja o mesmo do investigador de polícia — para levar tiro de fuzil na cabeça todo dia, que é a realidade do Rio.

O Rio de Janeiro é um caso agravado do quadro de segurança pública do País, sem dúvida nenhuma. Ele está no foco das preocupações, e não só porque é a Capital do Estado. A Cidade Maravilhosa, evidentemente, está no imaginário de todos os brasileiros. E também será sede, em 2016, de uma Olimpíada. Isso não é pouco, atrai a atenção de todo o mundo.

É claro que as questões de segurança pública foram consideradas na decisão sobre a adoção do Rio de Janeiro como sede. A verdade é que o Rio já tinha perdido essa competição em 2012. Não foi por qualquer aspecto que perdeu para



outras belas cidades do mundo que disputavam o direito de ser sede daquela Olimpíada. Não perderia para Madri, não perde em beleza natural para nenhuma delas, não perde em estrutura hoteleira, não perde em estrutura de transporte, de turismo, mas perdeu na questão da segurança pública.

Naquela ocasião — fiquem mais tranquilos, porque a posição dos senhores é compreendida aqui e tem defensores — havia uma rendição do Estado do Rio de Janeiro ao crime. Havia uma rendição das autoridades públicas do Rio de Janeiro ao crime. Até imploravam por socorro da força federal, por socorro do Exército, o que sempre me pareceu algo completamente impróprio para qualquer Estado brasileiro, que tem de resolver enfrentar seus problemas de segurança pública, e deve fazê-lo com as estruturas existentes, recorrendo a tudo o que o Estado tem de bom, de produtivo, suas riquezas, e recorrendo principalmente à força de sua população.

Hoje não, hoje o Rio de Janeiro não se rende ao crime. Falo isso tranquilamente porque — não morro de amores pelo Governo do Rio de Janeiro, pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro — o Governador Sérgio Cabral tem uma equipe que efetivamente combate o crime, que é a do Secretário Beltrame, do Comandante-Geral da Polícia Militar e do Delegado-Geral de Polícia.

Houve percalços e mazelas na história recente do Rio de Janeiro? Sim. Houve até o envolvimento de um chefe de polícia com o crime organizado. Mas isso está vencido. Essa política de enfrentamento tem de ser compreendida. Há parte das cidades dominada pelo crime organizado, pelo crime organizado violento. É o crime organizado, realmente, que mete a mão em fuzis e granadas, e dispara tiros contra a cabeça dos policiais, e assassinam qualquer um que se coloque no seu caminho. Esse enfrentamento tem que ser feito.

Não há possibilidade de levar o Estado a essas comunidades onde o Estado paralelo se instalou? Esse Estado paralelo não é essencialmente das milícias. As milícias são o segundo Estado paralelo que se instalou em determinada época, exatamente pela ausência de Estado nessas comunidades. Para levar o Estado a essas áreas, não há outro modo senão o emprego da força policial até certo ponto e até certo tempo. Não está traçado no futuro o modo militar, e de modo militar se está empregando a Polícia Civil. O emprego da Polícia Civil no Rio de Janeiro é militar. Na verdade, a Polícia Civil do Rio de Janeiro, por força das circunstâncias, assim



como a Polícia Nacional da Colômbia, que tem *status* jurídico civil, está muito militarizada. Está[P27] muito militarizada pela necessidade do embate com o crime organizado.

Não é um problema, evidentemente, para ser resolvido só pelo Estado do Rio de Janeiro, embora o Rio de Janeiro tenha assumido as suas responsabilidades. Eu atesto isso. Atesto. O Rio de Janeiro assumiu suas responsabilidades com a segurança pública no seu próprio território. Mas é também um problema federal.

Foi dito aqui que a questão é estadual. Discordo. Não é. Quando a Constituição menciona o Estado, ela considera o sentido jurídico da palavra. Tanto isso é verdade que existe a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Ferroviária Federal, essa com menor expressão. Existe até a disposição constitucional muito clara de, se necessário, por solicitação de qualquer dos Poderes, a força federal ser empregada para a preservação da lei e da ordem. É empregada para garantir a lei e a ordem pública. Isso está muito claro na Constituição.

Até o papel do município está bastante claro. Atua de modo complementar, com as guardas municipais. Mas não é esse o papel fundamental do município.

Volto a lembrar de um aspecto muito importante, porque estamos falando talvez aqui do braço direito da segurança pública, que é o braço da força, o braço do emprego policial. O braço da prevenção no sentido policial é mais próprio da Polícia Militar. O braço da repressão no sentido policial é essencialmente da Polícia Civil. O braço esquerdo, dos programas municipais, representa prevenção primária. Esses programas estão abandonados em toda parte do País. O papel crucial, essencial do município não é instituir e manter guardas municipais caríssimas. É sim o de trabalhar por programas para oferecer oportunidades à juventude. Os meninos a que se referiu o Deputado Chico Alencar — não aprecio muito essa expressão, mas a compreendo —, esses jovens que são o braço armado do crime organizado, estão sendo cooptados em massa pelo crime organizado na periferia pobre das grandes cidades, São Paulo, Rio de Janeiro e todas as outras. Mas é muito marcante o caso do Rio de Janeiro.

Estão sendo cooptados em massa para servir de carne de canhão, para ser os agentes da violência do crime organizado e para morrer, entre os 14 e os 24



anos, chacinados exatamente nos embates do crime organizado, ou mortos até nos confrontos com a força pública, o que não deveria acontecer. Não nos agrada, não é bom para o País, mas é inevitável muitas vezes, como bem testemunhou o Secretário Beltrame, como bem testemunhou o Coronel Mário Sérgio. A força policial não tem o propósito de empregar o poder letal do Estado, mas muitas vezes esse poder letal tem que ser empregado em determinado momento para repor determinadas condições.

Falar de programas para jovens com bolsa de 100 reais, quando sabemos perfeitamente que um jovem desses, para ser apenas aviãozinho, vai receber uns 500 reais por semana ou, se tiver ferocidade suficiente para chegar a gerente de uma boca de fumo, vai receber 2 mil dólares por semana, em termos materiais é absolutamente impossível. É preciso recuperar valores, resgatar valores. É preciso reestruturar as famílias, para que os jovens não caiam no canto de sereia do dinheiro fácil do tráfico de entorpecentes.

Esses programas todos, em termos materiais, para a Polícia, são extremamente importantes. Muito importante também é valorizar o policial, oferecer-lhe remuneração justa. Daí vem a luta pela PEC nº 300, que está em curso aqui na Câmara dos Deputados e pode ser um caminho para isso.

Não acredito em reversão dos níveis de violência em 4 anos, mas acredito na reversão dos níveis de violência em 1 geração pelo menos, se houver o maciço emprego, a maciça determinação de todas as estruturas do Estado e de todo o poder do Estado. Não é só polícia, é Ministério Público, é Judiciário, é o sistema criminal, para fazer cumprir as penas efetivamente, os Governos, principalmente os Municipais, com a execução de projetos para oferecer oportunidades aos jovens. Aí sim, em 1 geração, acredito nesse resgate.

Acredito que é muito importante, sim, trabalhar pela integridade da instituição policial, com toda a força, e até sem muita preocupação de cometer aqui ou ali algum exagero que possa ser corrigido pelo Poder Judiciário. Tenho certeza absoluta de que, respeitando-se o direito constitucional da legítima defesa e do contraditório nos processos administrativos, é perfeitamente possível eliminar os maus policiais — infelizmente, eles existem em certo número, em qualquer polícia, em qualquer Estado, até mesmo nas polícias federais —, assegurando a integridade



da[MSOffice28] instituição, oferecendo condições para que ela seja cada vez mais respeitada pela sociedade, exatamente devido à sua integridade.

Com relação ao projeto das Unidades de Polícia Pacificadora, gostaria de fazer um alerta. O Coronel Mário Sérgio bem lembrou algo, que ficou manifesto recentemente no Estado do Rio de Janeiro. Aconteceu em São Paulo também, num projeto muito conhecido, que é o do Jardim Ângela. Numa análise que fiz em 2003, verificou-se que era uma falsa pacificação. Na verdade, o que se verificou foi um convívio entre o organismo policial naquela região e o tráfico de entorpecentes. Se houvesse violência, ela seria praticada fora dali. Esse é um tipo de acordo espúrio. Evidentemente, não pode prevalecer. Certamente não prevalecerá no projeto das Unidades de Polícia Pacificadora.

O querido Deputado Chico Alencar, que respeito muito, disse que mais letal que o menino que empunha o fuzil — ele usou a expressão “menino”, vou usar a mesma expressão, embora não concorde com ela — é aquele que distribui cocaína. Isso é algo que temos que pensar com muita seriedade e temos que pôr a mão na ferida. Na verdade, a letalidade aí é integrada, porque uma coisa é a outra. Esse moço armado com fuzil é o que protege o tráfico, é o que dá segurança ao tráfico. E há o mercado consumidor. Não podemos deixar de pôr a mão na ferida. Os cheiradores são responsáveis pela matança! Os usuários de entorpecentes são responsáveis pela matança! Por essa razão precisamos refletir muito sobre a estrutura atual da legislação de entorpecentes.

Temos que rejeitar completamente a iniciativa recentemente anunciada do Governo Federal de aplicar somente penas alternativas. Mandaram um projeto para esta Casa para que se aprove uma lei para aplicar penas alternativas apenas ao chamado microtraficante, ao pequeno traficante, como se houvesse mesmo relevância na distinção entre micro e pequeno traficante. O micro, o pequeno é apenas a face distribuidora, é apenas a face varejista do maleiro, do transportador, daquele que coloca no Brasil grandes quantidades de cocaína produzidas nos países limítrofes, para desgraçar famílias no Brasil, para chacinar jovens no Brasil, incluindo aqueles cooptados pelo tráfico, para matar policiais no Brasil e exportar essa matança e essa destruição para outros países por intermédio do nosso País. Esse tipo de iniciativa é inaceitável.



Creio que o Estado do Rio de Janeiro está no rumo correto. O Estado do Rio de Janeiro, na sua luta de combate ao crime, tem que ser entendido, compreendido, tem que ter apoio parlamentar no que se refere à legislação. Nesse sentido, o que for proposto ou o que está em exame nesta Casa precisa do apoio de toda a Nação — apoio integrado, firme, decidido — para que o Estado do Rio de Janeiro, particularmente a Cidade Maravilhosa, saia dessas estatísticas, passe a ser considerada em relação aos pontos turísticos e não em relação aos pontos focais de crime. Que isso valha não apenas para um projeto olímpico, para um projeto conjuntural de pacificação, mas para todo o futuro do Rio de Janeiro, servindo de modelo para o Brasil!

Muito obrigado por sua atenção.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Com a palavra o Deputado Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sra. Presidenta, está sendo aqui discutida a política de segurança pública no Rio de Janeiro. O Deputado Gabeira, que é do Rio de Janeiro, tem horário de voo marcado. Portanto, deixo de me manifestar agora, para que S.Exa. possa fazer sua intervenção.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Não só gostaria de embarcar, como de almoçar também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Com a palavra o Deputado Fernando Gabeira.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Em primeiro lugar, saúdo os presentes, o Secretário de Segurança, o Subsecretário, o Comandante da Polícia Militar, o Chefe da Polícia Civil, o Secretário-Executivo Ronaldo Teixeira.

Já estivemos na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Violência Urbana. Mais uma vez digo que aqui não se coloca uma oposição entre policiais e Deputados que vão questionar policiais. Na verdade, naquela reunião, já tinha dito que a nossa perspectiva é de criação de um partido da segurança pública, como existe no campo da saúde pública. Grupos de Parlamentares, indivíduos, entidades se unem no sentido de garantir a execução de uma política de segurança pública, independentemente das nossas divergências partidárias ou até da nossa cosmovisão. Existem pontos em que podemos concordar.



Mencionei da última vez — é importante registrar, Secretário — que estamos no mesmo barco. Então, temos que falar com sinceridade também. Existe na questão da segurança pública o problema político. Eu fiz a campanha no Rio de Janeiro; o Deputado Chico Alencar fez também. Quando eu fui à Vila Cruzeiro, imediatamente me disseram: *“Olha, o dono da boca, o dono do tráfico aí filmou a entrada”*. Ele estava com as câmeras já na entrada. No primeiro momento em que eu saí do roteiro predestinado, vieram todos de metralhadora, e a imprensa nem estava mais ali, porque a imprensa não sobe mais o morro.

Quando fomos fazer a campanha na Rocinha, também ocorreu isso. Eu estava fazendo campanha numa viela, e em outra viela estava o candidato de lá com outro candidato distribuindo cesta básica. Quer dizer, existe uma convivência. Esses caras não comercializam apenas drogas, não comercializam apenas em relação a vans, não comercializam apenas relativamente a imóveis, não comercializam apenas no que se refere a gás; eles comercializam votos também. Essa questão é fundamental. Temos de estar preparados para encarar isso.

Lembro-me de que, na primeira vez em que fui candidato, subi o Morro do Juramento. O pai do Escadinha, que era um velho anarquista chileno, me apoiava. Nós subimos, fizemos a campanha no Juramento, mas o Escadinha mesmo disse: *“Pode subir, mas votar mesmo nós votamos no candidato que vai nos aliviar dentro da cadeia, porque nós já temos um acordo, entende?”* Então, isso era evidente. Nós temos essa questão política, que não é fácil de resolver. Temos que ficar atentos a ela. Em certos momentos, temos que compreender que, dentro da política, existe gente que quer realmente resolver e existe gente que, de certa maneira, concilia com isso.

Eu queria falar um pouco sobre a planificação. O Coronel mencionou algo muito importante. Antes, um grupo de policiais estava no morro. Passou-se para a unidade de pacificação, que é muito mais bem-acabada. E não é só a convivência que é o problema; é a convivência numa correlação de forças desfavorável. Eu me lembro de que, no morro perto de onde moro, os policiais tinham que andar, dentro do posto, de camiseta. Era obrigatório andar de camiseta. O código era esse. Se não andasse... Agora não. Isso está mudando.



A ideia é boa, está sendo bem desenvolvida, mas não pode ser apenas — isso é o que me preocupa — um projeto piloto e, toda vez que a situação apertar, dizer-se: *“Olha, estamos fazendo aqui. Está dando certo aqui”*. Eu sei que é um estudo, mas é preciso que a sociedade compreenda como isso vai se desenvolver no tempo, quantas comunidades serão ocupadas, quantos processos serão feitos, quanto se vai gastar, quantos policiais mais são necessários, quais são os incentivos maiores, quais são as obras de infraestrutura que temos de fazer.

Quando digo obra de infraestrutura, eu me refiro a obra de infraestrutura para ocupação. Eu não entendo, por exemplo, o processo do Complexo do Alemão. É obra de infraestrutura, mas o acordo continua, não é? Eleitoralmente, eles são importantes. Eu sei disso, e não votam em mim. São importantes. Então, o acordo continua. Não é isso que nós queremos. Não queremos um acordo nestes termos: *“Vamos construir obra de infraestrutura, e vocês ficam por aí tranquilos”*. Esse é um acordo. Vamos construir obra de infraestrutura para exercer a cidadania ali, para liberar a população do Rio de Janeiro do domínio armado.

O senhor mesmo reconhece — tenho falado muito isto — que em todas as cidades do mundo existe tráfico de drogas. Existe em Washington, em Nova York, em Paris, em todas as cidades. A questão é não haver ocupação territorial armada. O tráfico de drogas será combatido dentro da sua perspectiva.

Então[p30], é preciso que esse plano seja bem divulgado, fique bem claro para nós. Temos essa perspectiva.

Abordo agora uma questão também importante: a relação com a opinião pública precisa ser mais bem trabalhada. Eu vou fazer pequenas críticas. Por exemplo, quando tivemos o 11 de Setembro... Aliás, eu quero lembrar ao senhor o seguinte: concordo com a tese do 11 de Setembro, mas, às vezes, o 11 de Setembro nos leva a conclusões equivocadas. O 11 de Setembro levou os Estados Unidos a uma enorme convergência com o Governo, mas a decisão de invadir o Iraque não resolveu o problema. Foi uma decisão equivocada. É importante a convergência, é importante a solidariedade, mas é importante que se extraiam dessa solidariedade e dessa convergência as conclusões corretas.

Eu vi a sua entrevista em que disse: *“Nós tivemos a informação de que havia essa invasão no Macacos, mas havia muitas entradas e não pudemos impedir”*. Está



certo. O senhor mesmo mencionou 36 entradas. Está certo, é difícil realmente. Mas, imediatamente, o senhor disse: *“Nós estamos agora cercando”*. Mas, se não podemos impedir, o cerco também não é taticamente a coisa mais importante a se fazer, porque, se não podemos impedir a entrada, também vai ser difícil impedir a saída. Então, não entendi aquele processo.

Li nos jornais que o Comando estava na rua. Meu Deus do céu! O Comando não pode estar na rua! O Comando estava todo de camisa preta, na rua. Eu falei: *“Não pode estar na rua!”* Não sei se li certo. Pode ser que falte ainda um lugar de comando, de controle, mas não pode ir para a rua. Todo mundo tem que saber onde está, e o Comando tem de saber que tem de estar no comando.

Eu me pergunto: temos também um plano de contingência? A Polícia do Rio de Janeiro, no conjunto, sabe onde vai estar num momento como esse? Todo mundo sabe o seu papel? Essa questão também ficou em aberto.

No contato com a imprensa também, entra uma questão da Polícia Militar. Achei que o Governador exagerou. O relações-públicas da Polícia Militar apenas disse o seguinte: *“Nós vamos examinar. Se houve um desvio de conduta, ele será punido dentro da lei”*. Agora, dizer que ele tomou partido...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Muito bem lembrado. Inclusive, atropelou todo mundo, atropelou o Secretário, atropelou o Comandante...

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - E atropelou o bom senso, o que, politicamente, entendemos. É interessante, o indivíduo se liga com a torcida, estabelece imediatamente um elo com a torcida. *“Vamos punir alguém rapidamente.”* Mas não é isso. Não é isso. Tem que ter a compreensão de que o trabalho é muito mais complexo. Nessa complexidade, tem que ter o plano, o projeto.

O Coronel mencionou o papel das Forças Armadas. Eu considero que o Estado é responsável para resolver tudo, mas temos que ter também um pouco de humildade. Às vezes, quando a situação se prolonga muito, as dificuldades são muito grandes. Não é impossível tentarmos também uma relação e uma cooperação com as Forças Armadas. Essa cooperação pode acontecer, no momento, no meu entender, em termos de logística e de inteligência.

E uma coisa podemos aprender com as Forças Armadas. Digo isso porque lutei contra eles, estive dentro de 12 cadeias. Eles não se limitavam a pequenas



burocracias. Não havia burocracia na OBAN. Não havia. Eles riam dos burocratas. Todas as pequenas burocracias eram superadas. Eu me lembro de que eles riam e diziam: *“Vocês não são um exército convencional, vocês não têm nenhuma burocracia. Nós não vamos combatê-los com burocracia”*. Eu estou falando algo delicado aqui, em aprender com o adversário.

Outro aspecto que considero importante é o que o senhor falou: *“Não, nós temos que comprar o colete, nós temos que comprar isso, e demora muito. É outra burocracia”*. Mas ali, naquele momento, de 1964 para frente, havia uma interação com a iniciativa privada. Se fosse preciso comprar alguma coisa, comprava-se também com ajuda da iniciativa privada.

Temos que fazer um trabalho, em relação à iniciativa privada, de carrear um pouco de recursos, de solucionar alguns problemas por meio de doações. Por quê? Porque, quanto mais equipada a Polícia do Rio de Janeiro for, quanto melhor ela puder trabalhar, menos se vai gastar com[P31] segurança particular. É evidente! Nós vamos gastar num lado e vamos economizar no outro. Então, é preciso um movimento. E eu acho que o movimento não é só do Secretário, é também do Governador, no sentido de atrair realmente a iniciativa privada para um projeto comum. Precisamos avançar nesse sentido também.

Outro aspecto — nós fizemos uma combinação na CPI da Segurança — é considerar todos esses problemas legais, todas as dificuldades burocráticas, e tentar realizar uma reunião com o Ministro, com o senhor, vendo o que o Congresso Nacional tem para fazer, o que podemos adiantar, com vistas à superação desse problema. Na verdade, se analisarmos a situação historicamente, as reclamações que são feitas hoje são as do passado. Temos que dizer hoje: agora chegou o ponto. Nesse caso, o 11 de Setembro ajuda. Agora chegou o ponto. Nesse sentido, eu me coloco inteiramente à disposição. Vamos trabalhar juntos. Vamos tentar, pelo lado do Congresso, resolver e tentar também lá no Rio de Janeiro resolver.

Agora, o que não pode — nós temos muita dificuldade em segurança — é, por exemplo, o Claudinho da Academia falar assim: *“Não, eles têm um trabalho de informática na Rocinha. Então, estão expulsos”*. E expulsou o nosso trabalho de lá. Nós não vamos pegar em armas contra eles, até porque já esqueci como é que se



usa uma arma, e não uso mesmo. Mas estamos numa situação em que os políticos têm que decidir de que lado estão. Têm que mostrar claramente de que lado estão.

Queremos dizer que há um caminho. Podemos seguir esse caminho. Estamos dispostos a trabalhar juntos. Eu acho que a sua atuação tem sido bem-intencionada, as referências são as melhores possíveis, mas há muita coisa a fazer. Há muita coisa a fazer. Se, um dia, fora daqui talvez, tivermos um encontro para discutirmos como a Polícia se comportou no nosso 11 de Setembro e como ela poderia comportar-se no futuro, acho que vamos achar também alguns caminhos, porque já percebemos que eles utilizam táticas que nós conhecemos.

Queimar ônibus em várias áreas é tática de dispersão já conhecida. Sabíamos que, nesse momento, era preciso determinação de ocupação da cidade, inclusive ocupação, de certa maneira, da imprensa. Era necessário que todo mundo soubesse do seu papel. Não sei se alguém viu o ocorrido. A *TV Globo* não pôde falar rapidamente com os senhores. As outras televisões não sei se falaram. Eu não vi. Infelizmente, cheguei ao Rio 2 horas depois. Mas tem que haver também um projeto de mídia, um projeto em que estejamos presentes, dando a orientação exata e comunicando, porque há muita gente que quer ajudar neste momento. Se a Polícia souber mobilizar a população adequadamente neste instante, podemos avançar.

Então, uma de minhas propostas para o futuro é fazermos um encontro lá no Rio de Janeiro. Estamos lançando, talvez dentro de 10 dias, um fórum pela segurança pública. Trata-se de fazermos um encontro para discutirmos como aconteceu e como temos que nos preparar para uma situação como essa no futuro.

Era isso que eu queria dizer.

Agradeço a presença de todos. Estamos à disposição aqui, tentando desatar esses nós. Mas acho que algumas burocracias têm de ser desatadas...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Heterodoxamente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Heterodoxamente. Não podemos ficar muito presos, porque, se ficarmos presos demais, não dá. Eles são muito mais soltos — e o senhor sabe disso —, muito menos burocráticos do que nós.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Obrigada, Deputado Gabeira.



O senhor quer responder agora?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - É muito pertinente a sua observação. Agora, quero dizer não só ao senhor, mas a todos da Casa, que temos toda a planificação das UPPs, com custo. Está pronta. Montamos lá um escritório de projetos para todas as fases dela, para todas as estruturas. Até o fim deste ano, vamos fazer mais 3, de 3 a 5. E também não podemos dizer que há 1 unidade pacificada para 1 comunidade. Uma unidade pacificada para o Dona Marta significa 5 mil, 6 mil pessoas; 1 unidade pacificada para a Cidade de Deus significa 80, 100 pessoas.

Isso que o senhor sofreu na época eleitoral vem a calhar com o que fizemos lá em relação a milícia. Não podemos generalizar, absolutamente, mas, para mim, a milícia confirma isto: a criminalização da política e a politização do crime. O criminoso resolveu apoiar e alguém resolveu aceitar. Agora, é lógico que, nesse contexto, não podemos generalizar, absolutamente. Estou falando daqueles que prendemos, fizemos o flagrante. Eu acho que algo poderia ser feito, quem sabe, no que se refere à legislação eleitoral.

Temos essa percepção. Não tenha dúvida disso.

A UPP é muito mais do que isto aqui. Cada unidade já está ranqueada. Já temos 40 processos prontos. Temos o quantitativo disso, o número de pessoas que vão ser beneficiadas, o número de pessoas que precisamos e até o tempo previsto para fazer a pacificação numa área. Isso tudo já começamos a mostrar ao Ministério da Justiça, para acelerar o processo.

Não estamos dando muita divulgação em relação ao futuro porque não queremos correr o risco de causar uma expectativa nas pessoas e não poder atendê-la. Agora, se fecharmos este ano com 10 comunidades atendidas, já serão 10 unidades pacificadas em 12 meses. É uma velocidade que, obviamente, queremos aumentar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas atualmente são 5.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Atualmente são 5.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ainda este ano, mais 5?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Mais 3 ou mais 5. De 3 a 5 vamos fazer. É só esperar a formatura de 300 policiais, o que acontece até o final do ano.



A questão dos militares. Procuramos, já no início, algum tipo de parceria, em relação a equipamentos, logística. Nada contra a produção nem contra a inteligência. Eu diria hoje que o Rio de Janeiro está muito bem no que diz respeito à inteligência. O nosso problema se dá na execução das operações e não na formação do conhecimento da inteligência. Mas eles têm também uma entrada legal no sentido de nos emprestar ou nos ceder alguns equipamentos. Eu acho que, numa conversa ministerial ou até por intermédio dos senhores, isso poderá ser resolvido.

A questão do momento de crise. Esse centro de comando e controle vai contemplar isso, do qual participarão CET-Rio, Guarda Municipal, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária, DETRAN. Todos os representantes estarão dentro de um centro, de uma sala de crise, exatamente para essas condições. As pessoas talvez não me tenham achado porque entramos no 6º Batalhão, na Tijuca, na sexta-feira e saímos na segunda-feira, exatamente para montar rapidamente uma central onde as pessoas envolvidas pudessem, precariamente, prestar esse trabalho.

Eu me coloco à inteira disposição para participar e levar em consideração essas questões. Sem dúvida, parceria público-privada pode ser desenvolvida. E o 11 de Setembro, Deputado, sem dúvida nenhuma, é no sentido de fazer essa aclamação.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Eu só queria dizer que é interessante um plano e uma versão dele para a população. Não há necessidade de ser preciso — *“vamos entrar aqui nesse momento, vamos entrar ali”* —, trata-se de atenuar um pouco a ansiedade da população, saber que se está caminhando numa direção. Temos que estar preparados, quando se ocupa uma comunidade. É como um cobertor curto. As coisas vão para outro lugar. Então, se houver essa percepção, trabalhamos melhor também com a população.

Esse lado — podemos conversar, a Polícia pode desenvolver mais — é o da relação com a população através da mídia. Isso tem um peso enorme na pacificação também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Esse é um grande problema. A mídia, se ela quiser, é o grande fator de mudanças neste País. Se ela



tomasse profundo conhecimento da questão, buscasse a verdade dos fatos e fizesse a publicação, poderia mudar muita coisa. Mas sabemos como funciona também.

O SR.[p33] DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Nunca podemos ter muita esperança. A mídia não tem amigos. O amigo da mídia é a notícia. Mas podemos trabalhar no sentido de caminhar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Acho muito importante essa parceria nova, com um Deputado da expressão de Fernando Gabeira querendo aliar-se às Polícias do Rio de Janeiro.

Com a palavra o Deputado Francisco Tenório.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Depois de ouvirmos os Deputados Fernando Gabeira e Paes de Lira, sobra pouca coisa para abordar. Apesar de terem pensamentos opostos, descreveram bem a situação do Rio.

Quero cumprimentar toda a Mesa, o nosso Secretário José Mariano Beltrame, uma das figuras da segurança pública no Brasil. Eu também tenho confiança no seu trabalho, que tenho acompanhado.

Fiz questão de deixar que o Deputado Gabeira falasse primeiro, porque S.Exa. não teria tempo suficiente — estou com um pouco mais de tempo — e por se tratar da segurança pública no Rio de Janeiro.

Sou de Alagoas, um pequeno Estado, que tem problemas diferentes dos do Rio, em proporção, mas tem grandes problemas também.

Este momento que vive o Rio de Janeiro, na realidade, passa a ser um laboratório para todo o Brasil, pelos grandes problemas do Rio, pela topografia do Rio, pela formação geográfica do Rio. Além disso, acontecerá no Rio a Olimpíada de 2016. Será, então, a vitrine do mundo, não só do Brasil. Tenho certeza de que a equipe que hoje cuida da segurança pública do Rio está imbuída de boas intenções, procurando buscar alternativa, encontrar soluções para esse problema. Essa esperança eu tenho, essa confiança na equipe de segurança pública do Rio eu tenho. Tenho confiança até no Governador Sérgio Cabral, que tem demonstrado, com o estilo dele, desejo de resolver o problema do Rio.

Parabenizo o Secretário Mariano pela coragem, pela bravura, pela competência de enfrentar a questão e dizer: *“Eu vou ter que ocupar, eu vou ter que*



enfrentar, eu tenho determinação para ocupar o espaço que hoje não é mais do Estado de Direito, tenho que enfrentar o criminoso armado". Essa é a função de polícia, e aqui estamos tratando da questão policial.

Faço sempre uma separação quando tratamos do enfrentamento da violência, da questão da segurança pública. Menciono as políticas públicas de habitação, urbanização, educação, saúde, geração de emprego e renda, principalmente. Só que essas políticas públicas não são funções do aparelho policial, essas políticas são funções do Governo nas suas respectivas áreas. O PRONASCI tentou entrar em algumas delas e, muito acanhadamente, tem conseguido avançar. Agora, para a função básica de polícia — não é só no Rio de Janeiro, Dr. Mariano, é no Brasil —, falta estrutura.

Pelo que vi das explanações, quando conseguimos implementar um comando centralizado, já é uma vitória; quando conseguimos implantar um quartel em determinado lugar, é outra vitória: *"Construímos um quartel!"* Quando compramos algumas viaturas, alguns armamentos, dizemos: *"Conseguimos fazer isso!"* É uma verdadeira demonstração de que não temos nada e de que o pouco que conseguimos é muito.

Digo sempre que só conseguimos resolver um problema quando nos conscientizamos de que o temos. Assim conseguimos imaginar como resolvê-lo. E o Brasil, o Governo do Brasil não conseguiu ainda assimilar que tem um problema seriíssimo, a violência, e que precisa de um remédio urgente. No momento que perceber isso, vai começar a tratar a segurança pública como uma ação de governo necessária para o combate à violência, sem desprezar as outras áreas que já mencionei, como a da geração de empregos principalmente.

Secretário, não adianta termos — o Deputado Paes de Lira até já abordou isso — toda a estrutura física possível, se não houver a formação policial necessária e a boa remuneração. O senhor[P34] nunca vai ter bons policiais dedicados ao trabalho no Rio de Janeiro se receberem mil reais de salário. Se esse policial se dedicar à formação propiciada pelo PRONASCI, receberá mais 400 reais; se tiver a sorte de ir para uma UPP, mais 500 reais. Com tudo isso, são 1.900 reais, quase 2 mil reais. Nunca!



As milícias do Rio de Janeiro nasceram por conta do baixo salário do policial. Em sua folga, começou a fazer bico; do bico partiu para o envolvimento com o crime organizado e com a violência. Do bico vem a milícia. Todos sabem que as milícias nascem nas periferias, por intermédio de um policial. É um policial que mora no local e é chamado para resolver o problema do vizinho; depois é chamado para resolver o problema de um indivíduo que está perturbando a comunidade; daqui a pouco começa a ter com ele um grupo de pessoas, junta uns indivíduos para combater outros, e aí se forma um aparato de milícia mista, com policiais, com ex-policiais, com indivíduos da sociedade.

Então, pergunto se não poderíamos estudar essa questão da atividade policial, que é uma atividade exclusiva. Não pode o policial ter outra atividade. Nessa atividade exclusiva, é preciso que o policial tenha sua folga, mas essa folga na escala é grande para a atividade policial em si e durante ela o policial começa a desvirtuar a sua função. Portanto, é preciso apertar esse horário de folga do policial, aumentar seu salário. É preciso que ocupe parte de sua folga com atividades como a que discutimos hoje: a escola integral. Assim, estaremos ocupando parte de sua folga com formação profissional patrocinada financeiramente e estimulada, para que o policial, no dia de folga, não vá para a milícia, para o bico, para a porta do supermercado ou da padaria, pois isso o desvirtua e forma o grande problema que o Rio enfrenta hoje: a questão da milícia.

Também já estamos vendo a formação de milícias nos pequenos centros, como no meu Estado, Alagoas, em uma Capital que tem menos de 1 milhão de habitantes. Estamos discutindo a segurança pública do Rio, mas não posso deixar de dizer que não consigo aceitar que Maceió esteja hoje em primeiro lugar no índice de homicídios, ganhando de cidades como Rio de Janeiro, Recife, São Paulo e Salvador. É algo impossível de se imaginar! E isso se dá em decorrência do alastramento da problemática do *crack*.

Nós não discutimos muito sobre o *crack* hoje. O Brasil precisa entender que é uma epidemia. A saúde pública tem que estudar soluções para o vício do *crack*. Temos que estudar a legislação para torná-la mais severa com o comerciante, o traficante dessa droga, porque é uma das epidemias do Brasil, que está aprofundando a violência nos pequenos centros. Por ser uma droga barata, o *crack*



está se alastrando facilmente no Brasil, apodrecendo a nossa população, principalmente os jovens.

Secretário, no que se refere à questão do jogo, do bingo, do caça-níquel, será que é mesmo um problema para o Brasil? Tem ligação direta com o crime? Isso já foi perguntado por alguém aqui, mas não vi objetividade na pergunta. Pergunto isso porque esta Casa está em um momento de legislar sobre esse assunto. Será que a Polícia, dedicando parte do seu tempo a coibir o jogo, prender caça-níquel e fazer perícia, não está perdendo o tempo que deveria dedicar a um maior controle do tráfico de armas e do tráfico de drogas? Isso é apenas porque o jogo é proibido? Mas pode ser legalizado. Queria saber a opinião do senhor, como profissional de segurança pública, sobre esse aspecto dos bingos e caça-níqueis.

Com relação a salário e corrupção, pergunto: temos corrupção policial hoje? Temos! Sou policial também, por isso estou falando assim. Agora, o índice de corrupção — não se refere só a dinheiro, mas a envolvimento com o tráfico, com as drogas — na Polícia Militar e na Polícia Civil é o mesmo na Polícia Federal? Não! Temos[P35] consciência de que não. A formação do policial federal é a mesma de nosso policial civil e militar? Não! Existe a polícia de elite no Brasil, a Federal, e a polícia que prende maloqueiro de rua, a Civil e a Militar. Na prática, é isso. Esse policial que ganha mil reais não está bem mais sujeito à corrupção do que o policial federal, que ganha 7 mil, 8 mil reais, além de ter uma boa formação? Também temos que enfrentar esse problema.

Pedimos a ajuda de V.Exas. no tocante ao apoio à PEC nº 300, que veio oferecer à discussão esse assunto. Vai criar problema com as Polícias Militares? Sim, porque estamos enfrentando a questão, mostrando que a Polícia Militar do Rio de Janeiro enfrenta bandidos ainda mais perigosos do que aqueles com que se depara a do Distrito Federal. Não podemos permitir que o policial militar do Rio de Janeiro ganhe mil reais e o do Distrito Federal, 5 mil reais. É humilhante, é dizer à pessoa que se envolva com o crime para completar os 5 mil reais. Temos que enfrentar isso. O Rio Grande do Sul paga 900 reais a um policial militar. Não tem sentido Estados ricos pagarem isso ao policial militar.



Estamos formando esses policiais, dando-lhe uma carteira e uma arma e jogando-o no trabalho. Existe a possibilidade de se ligar à marginalidade, porque sua ação é direta.

Outro aspecto é a questão da formação e do retorno do policial às academias, ao treinamento, à reciclagem, à ressocialização. Vi muito isso em Alagoas. Forma-se uma turma de policiais, geralmente jovens de 19, 20, 22 anos, uma formação precária, dão a ele uma carteira, que lhe outorga um poder extraordinário de policial, uma arma e o jogam nas ruas para combater a marginalidade, trabalhar diretamente com o tráfico de drogas, com o tráfico de armas, com o crime. Não existe o retorno desse policial à academia. Daqui a pouco ele está falando igual ao traficante, ao viciado, está da mesma forma, porque não há o retorno à academia para a ressocialização.

O Rio de Janeiro tem essa estrutura de academia, está se preparando para a melhor formação e melhor reciclagem desse policial para o exercício de sua atividade?

Não quero me alongar, mas pergunto: qual é o índice hoje de apuração de homicídios no Rio de Janeiro? Estamos fazendo o comparativo com outros Estados.

Agradeço profundamente a presença de todos os senhores, porque este debate é enriquecedor. Nós precisamos, Presidenta Marina, como Comissão de Segurança Pública, sair da rotina de ficar todo dia apreciando projetos de lei que, em sua maioria, tratam de armamento, autorização de porte de arma para mais uma categoria e deixando de debater com mais profundidade as questões básicas do combate à violência, da formação do profissional de segurança pública.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Deputado Francisco Tenório, agradeço a V.Exa.

O Deputado está aqui desde o início da reunião. Não é do Estado do Rio de Janeiro, mas tem a plena noção de que é o futuro do Brasil o que está acontecendo no Rio de Janeiro.

Anunciamos a questão do *crack* há 5 anos. Dissemos então que no futuro do Rio de Janeiro seria o *crack* e o *ecstasy*. Ninguém acreditou no que dissemos. O Dr. Rodrigo Oliveira, lembro-me, fez a primeira apreensão de *crack*. Hoje ele é o Diretor



de Polícia Especializada. Trabalhávamos mais ou menos com calma em relação ao *crack*, porque os grandes traficantes não deixavam que entrasse essa droga, porque eles tinham prejuízo. Agora é tudo a mesma coisa, são os viciados em *crack* que mandam e que estão pelas ruas.

Louvo muito sua presença. Sob minha Presidência, temos feito debates. Fui a Catanduvas, fomos a Campo Grande. Realmente isso é muito mais importante do que a Comissão de Segurança ficar dividida entre a bancada da bala e o pessoal do desarmamento.

O senhor quer responder agora ou prefere escutar o Deputado Otavio Leite, o último inscrito?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Deputado, de certa forma, abordamos a questão dos salários, da atração do policial. Existe um problema salarial nas Polícias. Isso faz com que as pessoas não sejam atraídas pela carreira policial, por uma série de fatores, entre eles o salarial.

Já levamos ao Ministério da Justiça uma[GD36] proposta nesse sentido, que foi muito bem aceita. Entenderam perfeitamente a situação do Rio de Janeiro, em função das características que já foram abordadas aqui. Estamos otimistas. Acho que isso pode também ser um caminho para que se resolva essa questão. Não tenha dúvida nenhuma de que o atrativo, a solução básica de todos esses problemas passa, indiscutivelmente, pela questão salarial. Nós temos plena consciência disso. Luta-se muito nesse sentido.

Este ano mesmo, lá, no Estado, não tiveram aumento nenhum. Conseguimos, com muito custo, 5%. Mário Sérgio ainda está oferecendo uma gratificação de 350 para os policiais que estão na rua. Se conseguirmos mais isso também, será algo positivo, mas não é a solução a que se pretende chegar.

Agora, eu tenho um entendimento um pouco diferente. Entendo que ganhar pouco não é justificativa para a pessoa pender para a corrupção. Eu posso lhe dizer que já ganhei muito pouco na minha vida como policial, e não me corrompi. Há muita gente que ganha muito dinheiro, e não para de se corromper, cada vez mais. Sei que 900 reais é muito pouco, mas aí entra aquele fator que aprendemos em casa, que é a formação das pessoas. Contamos com o cidadão. O policial carioca de amanhã é o cidadão carioca. O policial de Alagoas é o cidadão de Alagoas. Então,



existe toda uma questão de formação familiar, educacional, que as instituições acabam absorvendo quando essas pessoas ali ingressam. Mas a questão salarial, indiscutivelmente, é um problema vital. Estamos muito esperançosos em relação a essa conversa com o Governo Federal.

O caça-níquel, o bingo no Rio de Janeiro, ele tem, sim, uma atuação, uma força histórica, com relação a ele se assessorar de outros delitos ou financiá-los. Hoje, posso afirmar que a grande maioria do jogo do bicho — não se quer dizer que não exista — migrou para o eletrônico, até porque tudo evolui. É muito mais fácil para uma pessoa, a cada 10 dias, coletar dinheiro nas máquinas caça-níquel do que ficar fazendo anotações e se expor diariamente. Eu não vejo, na situação em que vivemos, na situação do Rio de Janeiro, a possibilidade de liberar isso. Eu acho que não funcionaria, absolutamente, até porque essas pessoas se valem da clandestinidade. O que dá o rendimento é a clandestinidade. Esse é o meu conhecimento com relação ao Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Afirma-se que o que dá rendimento é a clandestinidade. O Brasil prefere deixar a questão na clandestinidade a deixá-la na legalidade. Não seria o fato de se autorizar legalmente e se acompanhar?

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Eu acho que só a aprovação não é suficiente, Deputado. Nós temos que ver a fiscalização disso.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sim.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Nós temos que ver como isso vai ser feito. Precisamos ter mecanismos para tornar a legislação eficaz. Os Estados hoje são eficazes ou têm como ser eficazes — não somente o Rio de Janeiro, todos — nessa questão? Eu não sei. Essa pergunta tem que ser feita também nessa discussão.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Eu pergunto exatamente isso porque esta Casa, Presidenta Marina, está para discutir esse tema. É um tema relevante, que deve ser debatido. Precisamos discutir se a autorização vai aumentar o problema ou não. É importante a visão de um policial que combate há muito tempo essa atividade. Será que o envolvimento dela no crime não se dá em função da ilegalidade que ela vive?



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Eu não tenho dúvida disso. Eu até penso como o Presidente Lula. Se for colocada na legalidade, é possível fiscalizá-la. Do contrário, não há como.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Nunca vai ser fiscalizada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - O que acontece na ilegalidade? É só corrupção, para poder funcionar. Sabemos que é assim que funciona. Então, uma hora, pode; outra hora, não pode. Muita gente foi presa por causa de caça-níquel. Agora como fica isso?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sra. Presidenta, em realidade, precisamos aumentar os recursos na área de segurança, para custear esses aumentos que os policiais vão ter.

Para darmos esse aumento aos policiais, que vão sair do nível médio, em que recebem 1.500 reais, para 5 mil reais — essa é a ideia discutida hoje no Brasil — temos que ter um fundo nacional para custear salários, porque hoje nós temos um fundo para custeio mesmo, o Fundo Nacional de Segurança Pública.

Um dos grandes rendimentos poderia ser através da legalização dos jogos com recursos exclusivos, recursos com os quais o Brasil não conta hoje. É uma taxação natural, que iria ser recolhida exclusivamente para custear esses salários. Talvez não seja o suficiente, mas seria um grande ponto nesse sentido.

Então, Deputada Marina, ainda quero fazer um debate sobre esse tema.

Secretário, obrigado pelo esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - É isso mesmo. Eu acho até que os contraventores são totalmente contra a legalização, porque eles não vão ter nenhum tipo de vantagem com isso.

Com a palavra o Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Boa tarde a todos. Secretário Beltrame, por meio de quem cumprimento as demais autoridades que, em boa hora, através desta oportuna iniciativa dos Deputados Marina Maggessi e Chico Alencar, vieram dialogar com o Congresso Nacional acerca da segurança pública desse que é o Estado vitrine, o principal Estado, culturalmente falando, que é o Rio de Janeiro — evidentemente, sem nenhum demérito ou diminuição dos demais, por favor. Mas o que acontece no Rio é interpretado e assimilado no contexto nacional como um



ingrediente que faz parte do cotidiano dos brasileiros como um todo. Então, é um desafio para todos nós, do Rio, e um desafio do Brasil avançarmos na questão da segurança pública no Estado.

É certo que, na condição de brasileiros, somos todos um pouco treinadores de futebol, médicos e teóricos de segurança, e vou aqui tecer algumas observações, mas vou fazê-lo de forma muito pontual.

Muitos colegas já fizeram abordagens e análises de diagnósticos. Os diagnósticos existem. O Brasil é o País dos diagnósticos. O problema são os meios para superar os problemas, os remédios necessários à superação das mazelas.

Aqui algumas questões foram pontuadas. Eu compreendo, Secretário, as suas palavras. Na condição de cidadão do Rio de Janeiro e como homem público do Estado, no meu entendimento, V.Exa. fez uma espécie de desabafo num jornal, recentemente, reclamando mais recursos, lutando por mais meios para poder implantar com mais eficiência a política de segurança. Eu interpretei dessa maneira.

Sendo assim, sendo esse o pressuposto, nós temos que ir ao meio específico: recursos públicos disponíveis para fortalecer as iniciativas tomadas. Aí vamos à esfera nacional, que é o que nos interessa nessa questão.

Trago alguns dados, do dia 26, do Orçamento na União, da execução orçamentária, leia-se Ministério da Justiça — o Dr. Edval certamente poderá esclarecer melhor. Mas existem várias rubricas orçamentárias. Eu extraí duas delas, que me pareceram significativas e que se conjugam com as nossas aflições do Rio de Janeiro, em que clamamos por recursos, embora muitos recursos sejam divulgados, solenidades sejam feitas etc.

Mas existe o Sistema Único de Segurança Pública — SUSP. E há duas dotações, por exemplo, apoio e modernização organizacional e tecnológica de instituições de segurança pública — eu presumo que isso se conecta com o Rio: 22 milhões. E até agora nada foi empenhado. Apoio ao reaparelhamento das instituições de segurança pública: 91 milhões — foram empenhados 32 milhões. Ou seja, do total deste programa Sistema Único de Segurança Pública há uma dotação de 330 milhões e tão somente 118 milhões foram empenhados, e foram executados até o momento 16%. Estamos no limiar da conclusão do exercício fiscal. Era de se supor que se estivesse, inclusive, mais empenhado.



Vamos ao programa PRONASCI. Há uma dotação de mais de 1 bilhão. Esse tem um empenho de 800, mas até agora só foram executados 50% disso. E existe nessa dotação do PRONASCI — Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania o fortalecimento das instituições de segurança pública. Aí há uma dotação de 135 milhões, no [P37]entanto, até o momento foram pagos apenas 31%. Empenharam 80.

O empenho é o ato administrativo que revela a intenção de gasto do Governo. Então, esse empenho, dada a relevância, a importância e, enfim, a indiscutível prioridade... Está certo o Deputado Gabeira quando aponta a necessidade de termos uma visão suprapartidária do tema. Não se trata de Governo ou de Oposição; trata-se de haver o partido da segurança, da convergência de todos os esforços, o que proclama a Deputada Marina, cujos discursos tenho escutado.

O fato é que há uma dotação que poderia ser mais usada. Para a modernização dos estabelecimentos penais, há uma dotação inicial de 19, o Governo tirou 5, ficaram 13 e, desse total, nada foi gasto. Fico, então, preocupado com esses *flashes*, que nos revelam dados concretos sobre a execução orçamentária.

Ouvi o Secretário de Segurança do Rio clamar por mais recursos. Vejo — e sou testemunha — iniciativas do Governo Federal ao anunciar programações etc. Então, o que quero saber? Um pouco mais de detalhes, se estou no caminho certo, se são esses os 2 programas que têm conexões mais diretas com o Rio de Janeiro.

Em relação ao PRONASCI, não consegui, depois de abrir o *site* do SIAFI, identificar quanto, dos 472 milhões destinados à concessão de bolsas para a formação de policiais civis e militares — inclusive, isso está ocorrendo na Guarda Municipal do Rio de Janeiro —, irá para o Rio de Janeiro. Essa é a questão na área da União que gostaria de trazer.

Faço 2 perguntas básicas rapidamente às nossas autoridades. Aqui se falou da valorização do policial. O que é melhor: 10 mil policiais ganhando 1 mil reais ou 5 mil policiais ganhando 2 mil? Para a valorização do policial, lógico, há outros ingredientes. Não sei se o Comandante Duarte tem uma informação precisa, entre nossos efetivos, de quantos têm casa própria. Gostaria de saber isto: quantos têm casa própria?



Acho que deveria ser obrigatório, deveria haver uma garantia de acesso à casa própria, vinculada ao concurso público, para aquele que ingressa na carreira policial. Isso é pressuposto. Já existe o Minha Casa, Minha Vida etc. E não é possível que não consigamos a universalização disso. Sei que há programas ali e acolá. A Caixa antiga da PM financiou muita coisa, mas ao policial militar e ao policial civil. Esse deveria ser um pressuposto básico. O indivíduo, no instante em que decide fazer concurso para desempenhar atividade em defesa da sociedade, colocando em risco a sua própria vida, precisa ter a retaguarda de casa e plano de saúde para os seus filhos. Essas são providências factíveis.

Gostaria de saber o tamanho do buraco, ou seja, o que ainda precisa ser feito para a universalização da casa própria para todos os policiais no Rio de Janeiro e no Brasil. Fica essa pergunta.

O Deputado Francisco Tenório fez uma pergunta que eu também iria fazer. Ela não foi respondida e acho muito relevante. Delegado Allan, li num texto qualquer — isso não é de hoje, envolve a questão da estrutura, as dificuldades — que o índice médio de sucesso na investigação de homicídios no País é da ordem de 4% ou 5%. É esse o índice? Para os leigos, para nós, teóricos, esse índice assusta, porque é muito precário.

E a questão da apreensão de armas? A criminalidade se torna mais violenta porque existem mais armas, e cada vez mais letais. Fico a imaginar onde estão as instâncias produtoras. O Brasil produz armas. No que avançamos, Secretário, em termos de ciência e de tecnologia investigatória para apreender mais armas? Vemos muitos movimentos exitosos da Polícia Federal, mas poucos com relação a apreensão de armas — pode ser que eu esteja errado.

Finalmente, para encerrar, como culminância desse processo — aqui se falou de recursos —, quero concluir falando de recursos. Deputados Chico Alencar e Marina Maggessi, estamos prestes a definir qual será a dotação da bancada do Estado do Rio de Janeiro no Orçamento da União, independentemente das emendas individuais. Acho que devemos jogar todas exclusivamente para a segurança pública, que é para [p38]todos, de Campos até Resende e por aí vai. Temos de investir em segurança pública para fortalecer as nossas instituições. Essa



é uma proposta que se os senhores levarem adiante, eu estou absolutamente convicto.

Quero lembrar só para dizer que isso é interessante: no primeiro ano, elegemos como primeira proposta unitária da bancada o Galeão, e foram aportados mais recursos para o Galeão. Há obras sendo feitas no Galeão, embora estejam longe de estar como gostaríamos. Mas eu acho que esse era o tema, o tema do Rio de Janeiro, e nós temos de ajudar de alguma maneira.

São estas as observações, com perguntas pontuais, que eu gostaria de trazer.

Agradeço a atenção de todos durante todo esse tempo que ocupei. Eu ia entrar no *crack*, mas é outra discussão muito mais complexa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Eu agradeço muito a sua sugestão. Eu estou muito feliz com esta reunião, porque, pela primeira vez, eu vejo o Congresso Nacional chamando a polícia para dentro. O Deputado Fernando Gabeira falou: "Vamos participar de uma reunião no dia 10". E V.Exa. vem com essa proposta maravilhosa para chamarmos a bancada do Rio de Janeiro e jogarmos todo o Orçamento da bancada para a polícia. Esse é o melhor dos mundos. Eu nunca vi chamar quem está na ponta para isso.

Concedo a palavra ao Sr. Ronaldo Teixeira.

O SR. RONALDO TEIXEIRA - Sra. Presidenta, são considerações finais e respostas?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Esta é a sua última fala.

O SR. RONALDO TEIXEIRA - Então, devo incluir as respostas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Exatamente, inclua as respostas e faça as considerações finais.

O SR. RONALDO TEIXEIRA - Obrigada, Deputada.

Vou-me referir rapidamente a Alagoas, Estado do Deputado. Hoje, em Alagoas, há 1.775 policiais recebendo recursos da Bolsa Formação e integrados à formação da RENAESP — é importante dizer isso. Maceió, mais recentemente, aderiu ao PRONASCI e nesta semana instalou o Gabinete de Gestão Integrada



Municipal. A expectativa é que o território de paz instalado lá a partir do GGIM se efetive com mais sucesso do que até então.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENORIO - Só uma dúvida, Secretário: por quanto tempo é essa Bolsa Formação?

O SR. RONALDO TEIXEIRA - São 12 meses, a partir de um dos cursos. Se o curso durar 3 a 4 meses, por exemplo, o policial, uma vez matriculado, recebe o direito por 12 meses. Se porventura esse policial fizer um curso de graduação, especialização ou mestrado, ele passa a ter direito à bolsa por 4 anos.

Essa é só uma referência a Alagoas, que julgo fundamental, pois compõe o PRONASCI como uma das regiões da nossa atuação.

É importante referir também o que falou o Deputado Otavio Leite sobre a questão orçamentária, porque isso nos diz respeito diretamente. Quando o senhor refere-se ao SUSP[p40], na verdade, está-se referindo ao Fundo Nacional de Segurança Pública. O SUSP é o Sistema Único de Segurança Pública, que, na verdade, está sendo proposto a esta Casa para a devida regulamentação. Mais uma vez, isso foi iniciativa do PRONASCI.

No que diz respeito ao Fundo, os números que V.Exa. tem estão corretos. Mas é importante dizer que o Fundo atua naqueles Estados em que o PRONASCI não atua. Quando esta Casa deliberou os 11 territórios centrais do PRONASCI, os 11 territórios mais violentos, o recurso do PRONASCI passou a ser destinado a eles. Na sequência, houve uma alteração e uma adequação, a pedido de inúmeros Governadores, e nós já chegamos a 15 Estados que aderiram formalmente ao PRONASCI. Para esses 15, são destinados os recursos orçamentários do PRONASCI. E o Fundo Nacional supre a diferença para os demais Estados.

No que diz respeito ao PRONASCI, que é o orçamento mais volumoso do Ministério, hoje há 970 milhões disponibilizados. Nesta semana, o Ministério do Planejamento aportará ao Ministério da [P41]Justiça novos 250 milhões, para chegarmos ao teto orçamentário do PRONASCI. Inclusive, a previsão é que saia a portaria até amanhã.

Destes 970 milhões, Deputado, nós já empenhamos 90,5% — dos 970 milhões, rubrica específica do PRONASCI.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. RONALDO TEIXEIRA - Está bem. Mas só para ajustarmos a informação, porque é importante o que V.Exa. levanta. Para toda a política apresentada aqui, se não houver recursos, não avançaremos satisfatoriamente. Então, 90,5%, dos 970 milhões, estão autorizados. Estamos esperando os outros 250 milhões que chegam agora nesta semana. Na chegada desse recurso, novo empenho, novo convênio, novo processo de autorizações.

Qual é a diferença a que V.Exa. se refere quando há o empenho e não há a liquidação? Diz respeito diretamente ao sistema prisional. Esse recurso é empenhado, destinado e depositado na Caixa Econômica Federal, que, por sua vez, tem de chamar o Estado para que este apresente ações complementares para implementação daquela unidade prisional. Essas ações complementares são compatibilizadas em nível de engenharia. Já não é mais a engenharia do Ministério, mas é o engenheiro da Caixa Econômica fazendo exigências pontuais e adequações ao projeto junto ao Governo do Estado. Então, de fato, há um período em que esse recurso fica empenhado na Caixa Econômica, mas não liquidado. Só será liquidado mediante as respostas que o Estado, então, vier a oferecer diante do questionamento feito.

A terceira questão que V.Exa. levanta diz respeito ao recurso destinado ao Rio de Janeiro, especificamente à Bolsa. Hoje nós temos, no Brasil, 169 mil, 860 policiais bolsistas — 169 mil. No Rio de Janeiro, Estado e Municípios, nós temos 32 mil, 860 entre guardas municipais, agentes penitenciários, bombeiros e estes referidos 22 mil policiais militares. Isso totalizou, até setembro, 99 milhões destinados ao Rio de Janeiro especificamente para o pagamento da Bolsa. Temos na rubrica, previstos até dezembro, 138 milhões e 500 mil para pagamento exclusivamente da Bolsa. Isso, é claro, está assegurado para o Rio de Janeiro.

Quero acrescentar também que foi referida pelo nosso Deputado Paes de Lira a importância do Município. Foi trazida aqui essa referência. No Estado do Rio de Janeiro, independentemente, portanto, do Governo do Estado e do Município do Rio, que está recebendo 100 milhões de reais, nós temos outros 25 milhões de 2008 destinados a cidades que reivindicaram projetos ao PRONASCI.

Por derradeiro, quero informar, também sobre a questão orçamentária, que hoje se investe em segurança pública no País. A partir do Governo Federal,



considerando a ação da Polícia Federal, a ação da Polícia Rodoviária Federal, a ação do PRONASCI, do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional, hoje nós temos 2 bilhões, 538 milhões investidos em 2008.

Saímos, portanto, de uma realidade, no ano 2000, de 741 milhões investidos pela União Federal para 2 bilhões, 538 milhões em 2008.

Quero agradecer aos Deputados responsáveis pela Comissão diretamente, especialmente a Deputada Marina Maggessi, a quem também agradeço as palavras sobre a esperança que deposita no PRONASCI. Cumprimento o Deputado Chico Alencar, que me contemplou com o livro *Estado, Democracia e Participação Popular* e igualmente reiterou palavras de expectativa favorável à atuação do PRONASCI, sobretudo nas ações sociais de caráter preventivo. É esse esforço extraordinário que o Governo Federal faz para mudar de fato esse paradigma e ampliar o conceito de segurança pública. Então, agradeço aos Deputados responsáveis e, evidentemente, a todos os Deputados que aqui participaram desta reunião, bem como aos [p42]meus companheiros de trabalho do Rio de Janeiro, afirmando, por último, que o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, de fato, faz o esforço de alterar a relação federativa — portanto, partilhar da busca da solução ao lado do Estado e do Município — e faz mais pelo País.

Por vezes, esquecemos de dizer, mas foi no Governo do Presidente Lula, foi no ano de 2009, sob o mandato do Ministro Tarso Genro na Justiça e pelo PRONASCI [p43]que, pela primeira vez, nós discutimos segurança pública na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública no País. Isso não é mérito deste Governo. É uma compreensão da sociedade, que passou a exigir esse debate e essa intervenção. Nesse sentido, estamos todos de parabéns em função da realização da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública do País.

Muito obrigado, Srs. Deputados. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Eu sou testemunha do acesso que o Ministro nos concede. S.Exa. não só vem toda vez que é convidado, como quando eu peço uma audiência, com 3 dias já tenho a resposta. Inclusive, estive lá conversando com S.Exa. pedindo helicópteros blindados, aquelas coisas todas e S.Exa. me garantiu que vai pagar 100% das coisas que o Rio de Janeiro pediu. S.Exa. me garantiu e eu confio muito nisso.



E dessa Conferência Nacional de Segurança nasceu o Conselho Nacional de Segurança, ou seja, renasceu com o Presidente Lula. São 46 conselheiros, 9 de administrações, outros de instituições do Governo, mas a maioria pessoas da sociedade civil, inclusive representantes da CUFA, do Afroreggae e do Favela 4, entidades do Rio de Janeiro que eu acho muito importantes. Eu sou membro desse conselho por ser Presidenta desta Comissão.

Agora eu passo a palavra ao nosso Secretário.

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Mais uma vez, gostaria de agradecer e, antes que eu me esqueça, de passar a V.Exa., Deputada, as nossas propostas relativas à gestão de bens e serviços de interesse de segurança pública, à gestão de pessoal de segurança pública e à gestão financeira de segurança pública e propostas de modificação da legislação penal e da legislação processual penal.

Então, deixo-as aqui para V.Exas.

Gostaria também de agradecer a oportunidade de estar aqui. Para nós é muito importante, sem dúvida alguma, porque nós, em primeiro lugar, acreditamos efetivamente no trabalho que vimos desenvolvendo. O Rio de Janeiro tem, sim, uma política de segurança muito concreta e muito visível. Tem, sim, uma política de combate sistemático. As polícias civis e militares estão semanalmente fazendo esse combate, mas, de uma maneira inédita, essa mesma polícia tem uma política de paz; uma política de devolução de território à sociedade.

Então, nós entendemos que isso é o fundamental. Essa proposta de pacificação tem todo um estudo que pode ser detalhado pelos senhores com relação a custo e a tudo o que foi demandado aqui. Temos as regiões integradas de segurança pública, em que dividimos todo o Rio de Janeiro em pequenos quadrantes e ali se atribuiu a circunscrição de uma delegacia junto a uma companhia da polícia militar. Isso não é novidade. É um modelo adaptado de Minas Gerais, mas a esses 2 grupos dessas 2 instituições cobram-se metas, mas não é cobrar metas de RO, é cobrar metas de investigações, de inquérito relatado. Isso está valendo há 90 dias. O comandante tem ali o primeiro relatório. São muito positivos os resultados.



Mas eu também, de uma certa forma, concordo com a Secretária, eu acho que índices hoje estão bons e amanhã estão ruins. Eu acho que quanto aos índices é necessário ser feito um corte no período histórico.

Aproveito para responder a sua pergunta. Quando nós assumimos, em 2007, tínhamos — dados do Instituto de Segurança, ou melhor, da SENASP, se não me engano — 39 homicídios por 100 mil habitantes. Nós estamos hoje com 34. Estávamos com 35 em [P44]2008, mas ontem o planejamento me disse que já baixamos dos 35. Isso também é muito positivo, mas temos que, efetivamente, ver o que está por trás, porque havia um combate de milícia, e milícia, infelizmente, matava muito. Acho que esse é, sem dúvida alguma, o resultado disso. Há ações pontuais feitas nos lugares onde o narcotráfico domina.

Também entendo que, na medida em que o Comandante da PM consegue capilarizar mais seus policiais na cidade do Rio de Janeiro, conseqüentemente, a questão da ostensividade contribui para isso.

Queria dizer ao nosso Deputado, com relação às apreensões de armas, que acho que aqui cabe uma observação. Se nós olharmos o final de 2003, 2004, com o surgimento do nosso Estatuto do Desarmamento, veremos que em 2004 e em 2005 houve uma apreensão muito grande de armas porque tínhamos um legado clandestino de armas, as pessoas tinham... E essa lei é muito dura, muito boa, tanto é que se chama Estatuto do Desarmamento. Então, as apreensões subiram, só que essas apreensões envolviam arma de chumbo, bacamarte, arma de fabricação caseira. Usando uma expressão mais vulgar, é o que chamamos de gol de mão.

Agora, hoje pode haver menos armas, mas eu garanto que existe uma apreensão de armas mais qualificadas. Quando eu digo qualificada, refiro-me a armas de altíssimo poder letal. Não estamos aqui discutindo índice, como eu disse, mas temos apreensões recordes em metralhadoras de tripé, temos mais de 30 armas ponto 30 apreendidas, além de granadas, explosivos e fuzis. Isso mostra não só a questão da vitória, se apreendeu mais ou menos — não é isso que está em jogo; mostra, sim, uma mudança de perfil. As pessoas saíram, bandidos saíram do 38, do 32, do 22, da 765 e vieram para essas armas. E vieram para mais, vieram para o explosivo e o explosivo de fabricação caseira. Existe todo esse problema.



O Rio de Janeiro, para que os senhores que trabalham com isso tenham uma ideia, põe na rua 15 mil conscritos das Forças Armadas por ano, pessoas que têm um manuseio mínimo de arma e quiçá de explosivos. Aqui não se atribui culpa, absolutamente, a nenhuma instituição, mas é um mar de pessoas que voltam para as ruas, é nesse sentido.

Então, quanto à questão das apreensões, eu diria isso. Se lá atrás houve muitas apreensões de armas, deveria, em tese, ter baixado o número de homicídios ou de roubo de veículos. Digo isso para V.Exa. ver como quando o índice é analisado eu posso relativizá-lo e tirar a conclusão boa para mim ou não. Mas diria que acho particularmente importante a qualidade e o potencial dessas armas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOSÉ MARIANO BELTRAME - Sem dúvida alguma, a produção de armas cresce no mundo.

Mais uma vez, agradeço. Acho que respondi a questão do número de homicídios por 100 mil habitantes. O Allan explicará para V.Exa. a questão da elucidação de homicídios.

Todos esses projetos, todas essas propostas estão à disposição desta Casa tanto numa visita ao Rio de Janeiro como se tivermos que vir aqui apresentar outras propostas. Quero dizer aos senhores que trabalhamos e vamos continuar trabalhando com muita transparência — e transparência nunca é demais.

Agradeço principalmente a minha colega — me permita — da polícia. O Rio de Janeiro precisa, sim, do auxílio desta Casa; precisa da compreensão diferenciada de V.Exas.; precisa da compreensão diferenciada deste País. Volto a dizer para V.Exas.: a solução do problema no Rio de Janeiro é a solução do problema de segurança pública do País. Acho que dali poderemos reverberar esse conhecimento, as oportunidades que poderão ser carreadas para lá, para os outros Estados que também sofrem com isso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Sra. Presidenta, só um pormenor. Concordo plenamente com essa última [p_417845]conclusão. A avaliação do Secretário a respeito do Estatuto, por outro lado, deixa claro que voltar uma lei para



desarmar pessoas comuns não é o que se busca e sim desarmar os criminosos. Isso está sendo feito realmente.

Quantos aos índices de homicídios, Secretário, é importante lembrar que há uma parte desse conjunto estatístico no Rio de Janeiro questionável, relacionada com as famosas mortes a esclarecer e com os famosos encontros de cadáveres. Isso poderá tornar a apuração do índice do Estado não dotada de tanta credibilidade assim, algo que, me parece, deverá ser burilado, mais aperfeiçoado na estatística criminal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Sr. Deputado, ele delegou ao Chefe da Polícia Civil falar sobre homicídio.

O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Exatamente por saber que falaria o Chefe da Polícia Civil é que faço esta observação relacionada com as mortes a esclarecer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Com a palavra o Chefe da Polícia Civil.

O SR. ALLAN TURNOWSKI - Com relação ao índice de elucidação de homicídios, inicialmente era de 4% e hoje está mais ou menos em 8%. Houve uma melhora mas, evidentemente, muito aquém do que imaginávamos. Tanto é verdade que a Polícia Civil procurou conhecer a DHPP, que faz um excelente trabalho em São Paulo. Fizemos alguns estudos e mandamos o nosso delegado titular para conhecer algumas delegacias e sua forma de agir.

Agora, em dezembro, mudaremos toda a estrutura de investigação da Delegacia de Homicídios. Percebemos que com a estrutura existente não se iria alcançar o que imaginamos compatível com o nível de investigação no Rio de Janeiro. Então, a partir de dezembro, montaremos grande estrutura de investigação de homicídios no Rio de Janeiro. Pretendemos inaugurar isso antes do final do ano, as obras já estão em andamento. Com a chegada de 500 policiais, boa parte desse efetivo irá para a Delegacia de Homicídios. Esperamos, a partir de dezembro, efetivamente conseguir uma melhora substancial nos índices de elucidação e na diminuição de homicídios no Estado.

Posso garantir que com relação à milícia, se formos analisar somente os crimes cometidos por milícia, a diminuição é muito grande em níveis percentuais,



especialmente na área da Zona Oeste. De qualquer maneira, temos de atingir o todo. Estou muito esperançoso e otimista de que a partir de dezembro aceleremos essa curva, que já é positiva.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Magessi) - Agora as suas considerações finais.

O SR. ALLAN TURNOWSKI - Gostaria de agradecer a oportunidade de falar nesta Casa, principalmente por ter percebido que, na verdade, todos estão juntos tentando melhorar a segurança pública no Rio de Janeiro. Não estamos sozinhos. Então, só temos de agradecer a esta Casa a acolhida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Magessi) - Tem a palavra o Comandante Mário Sérgio.

O SR. MÁRIO SÉRGIO DE BRITO DUARTE - Tenho ainda uma questão para responder do Deputado Otavio Leite. S.Exa. me perguntou sobre a questão de policiais e residência própria. Embora tenhamos condições de fazer esse levantamento, não o tenho comigo. Temos registros no sistema de pessoal daquelas informações que os policiais nos trazem, não exatamente verificando nos cartórios se possuem residência em seu nome ou coisa assim. Mas poderíamos fazer a partir das informações que eles nos trazem.

Em relação a outra questão que V.Exa. colocou, compreendo que na lógica matemática é exatamente isto, se temos orçamento de vencimentos para os policiais e se para esse orçamento tivermos um número menor policiais, vamos poder pagar melhor. V.Exa. está totalmente certo. Mas eu e o Estado temos de olhar para o interesse da população. Temos de ter mais policiais na rua. Aí ficamos num dilema: se temos menos policiais ganhando melhor, não provemos a segurança, porque segurança se faz também e principalmente com o efetivo na rua. Hoje temos 37 mil homens, mas já com um olhar para chegar a 62 mil homens. Essa é a previsão. Pretendemos ter 62 mil homens ganhando bem. Não podemos ter 5 mil homens ganhando bem. Temos de ter 62 mil homens ganhando bem.

Com isso, respondo às duas questões feitas por V.Exa.

Gostaria muito de agradecer aos Srs. Deputados as perguntas formuladas, todas muitas pertinentes.



O [p_417846]SR. **DEPUTADO FRANCISCO TENORIO** - Houve uma pergunta, cuja resposta não me lembro, com relação ao índice de apuração de homicídios.

O SR. MÁRIO SÉRGIO DUARTE DE BRITO - Foi falado agora: de 4 para 8, praticamente dobrou no Rio de Janeiro esse índice.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Chegarão 500 novos policiais e eles querem ir mais adiante. Chegarão 500 policiais civis, que serão na sua maioria lotados na Delegacia de Homicídios. Será uma nova estrutura. O Sr. Allan está esperançoso de que isso venha a avançar.

O SR. MÁRIO SÉRGIO DUARTE DE BRITO - Eu gostaria de aproveitar, nestas minhas considerações finais, para agradecer aos Srs. Deputados e, em especial, à Sra. Deputada Marina Maggessi, minha colega de profissão. Somos de corporações diferentes. Sou policial militar há 30 anos e S.Exa. está em torno de 20 anos na Polícia Civil. Eu já estou 10 anos à frente, mas somos policiais no Rio de Janeiro. Nossa identidade é muito maior, porque somos policiais no Rio de Janeiro. Considero a policial e Deputada Federal Marina Maggessi a pessoa que mais detém informações, que mais conhece crime e criminosos no Rio de Janeiro. O que S.Exa. não souber, dificilmente outros saberão.

Agradeço também muito especialmente ao Sr. Deputado Chico Alencar. Estive nesta Casa, ano passado, e fui sabatinado por S.Exa. em uma audiência pública. A forma com que S.Exa. realiza esse trabalho, com perguntas claras, precisas, concisas e sempre com muito *fair-play*, com muita educação, faz com que nós nos sintamos muito à vontade. Então, gostaria muito de agradecer ao Sr. Deputado pela forma cortês com que faz suas perguntas. Mesmo em situação de sabatinados ficamos muito à vontade e saímos daqui felizes.

Agradeço a todos a atenção. É muito confortante para nós, policiais, e para nós, cariocas, sabermos que o Brasil está-se mobilizando para nos ajudar. Nós já temos o caminho, já encontramos o caminho, temos o rumo, a embarcação está na direção do seu porto. Mas se houver mais engajamento, significa vento soprando ao nosso favor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. DEPUTADO PAES DE LIRA - Sra. Presidenta, antes que V.Exa. encerre, gostaria de lembrar que essa luta se faz frequentemente ao preço do generoso sangue de heróis. Gostaria de lembrar neste momento 3 heróis da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro tombados no cumprimento do dever: Soldado Standler, Soldado Canizarro e Cabo Patrício; e que dedicássemos um pensamento pela recuperação breve, para que voltem às suas famílias e à linha de frente do combate ao crime, do Capitão Mendes, do Capitão Vaz e do Cabo Fernandes.

Muito obrigado por sua atenção.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Marina Maggessi) - Agradeço a V.Exa.

Agradeço a todos a presença, em especial ao nosso Secretário, sempre firme, mas envolvido emocionalmente na causa. Todos podem sentir que o discurso de S.Sa. não é plastificado, é o discurso de quem está realmente envolvido com aquilo a que nos propomos.

Esta Casa agora entra nessa luta. Foi muito bom tê-los aqui.

Agradeço ao Deputado Chico Alencar porque, na verdade, quem me deu essa ideia foi S.Exa. Isso é uma coisa muito importante, e é também uma mudança de paradigma. A Comissão de Direitos Humanos, na figura do Deputado Chico Alencar, veio me consultar se poderíamos fazer isso de maneira conjunta. Essa também é uma mudança de paradigma.

Agradeço, em nome da Comissão, a presença aos convidados.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando reunião ordinária para o dia 11, quarta-feira, no Plenário nº 6, para eleição dos 2º e 3º Vice-Presidentes desta Comissão.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a reunião.